

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAMILA DE BARROS DUTRA

CUIDAR É COISA DE MULHER?:
GÊNERO E CUIDADO NA PANDEMIA DE COVID-19

CURITIBA

2022

CAMILA DE BARROS DUTRA

CUIDAR É CUIDA DE MULHER?
GÊNERO E CUIDADO NA PANDEMIA DE COVID-19

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Psicologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profª Drª Joanneliese de Lucas Freitas

CURITIBA
2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Dutra, Camila de Barros

Cuidar é coisa de mulher? : gênero e cuidado na pandemia de Covid-19. / Camila de Barros Dutra. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Joanneliese de Lucas Freitas

1. COVID-19 (doença). 2. Fenomenologia. 3. Cuidados.
4. Cuidadoras. 5. Identidade de gênero. 6. Pandemias. I. Freitas, Joanneliese de Lucas, 1972-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PSICOLOGIA -
40001016067P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação PSICOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **CAMILA DE BARROS DUTRA** intitulada: **Cuidar é coisa de mulher? Gênero e cuidado na pandemia de COVID-19**, sob orientação da Profa. Dra. JOANNELIESE DE LUCAS FREITAS, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 12 de Agosto de 2022.

Assinatura Eletrônica

15/08/2022 15:37:18.0

JOANNELIESE DE LUCAS FREITAS

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

17/08/2022 11:25:41.0

VIVIANE MELO DE MENDONÇA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS)

Assinatura Eletrônica

17/08/2022 10:30:02.0

GIOVANA FAGUNDES LUCZINSKI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS)

Praça Santos Andrade, 50, 2o andar - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-010 - Tel: (41) 3310-2644 - E-mail: pgpsicologia@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 215251

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 215251

Às mulheres que abriram caminhos, às mulheres que lutaram, às mulheres que não puderam lutar, à Cleonice Gonçalves, à Mirtes de Souza, à Maria Lugones e bell hooks.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às mulheres da minha família que sempre me ensinaram e permitiram resistir e existir, e sempre me apoiaram nos meus projetos com amor. Agradeço à minha mãe, Daniela, e minha irmã, Bianca, por serem meus exemplos de força, garra, luta e resistência. À minha avó, Diva, que me ensinou que as mulheres devem transitar os espaços que quiserem. À minha tia Dulce e Simone, por sempre estarem ao meu lado em todos os momentos. Agradeço à minha avó Thereza, por todo o amor. Agradeço também o meu avô, Luiz Antônio, por ter sido meu exemplo de doçura, amor, atenção e carinho a vida toda.

Agradeço à minha orientadora, Joanneliese de Lucas Freitas, por toda a parceria, escuta e afeto durante todo o período de mestrado. Obrigada por todo o carinho e respeito. Agradeço aos colegas de mestrado que me acompanharam durante todo esse processo, sendo um ombro amigo e palavras de apoio. Obrigada por tudo Carolina, Mariana, Aneliana, Eric e Luciano.

Agradeço imensamente minhas amigas e amigos que me ajudaram todo esse trajeto com amor e apoio: Caroline, Lívia, Giulia, Fábio e Guilherme, amo vocês! E agradeço ao meu companheiro, Renan, por ter enfrentado essa jornada comigo, por estar ao meu lado do início ao fim, me incentivando.

RESUMO

A pandemia de COVID-19 teve início no ano de 2020 e gerou grandes mudanças em âmbito mundial. A crise provocada pelo vírus não foi apenas sanitária, mas também social, econômica e política. Considerando esse cenário, o presente trabalho possui como objetivo discutir a feminização do cuidado na pandemia do COVID-19. Para isso, utilizamos a fenomenologia crítica e o conceito de situação definido por Simone de Beauvoir. Como forma de ouvirmos as mulheres e suas vivências no período da pandemia, utilizamos vídeos no YouTube do período de março a agosto de 2020, nos quais são compartilhadas experiências e vivência durante esse período. Para a análise desses vídeos, adotamos como método análise a fenomenologia, suspendendo quaisquer pré-concepções sobre a vivência das mulheres no período da pandemia, e assim percebemos que o fenômeno da feminização do cuidado se desvelava como relevante no contexto da experiência daquelas mulheres. A partir dessa análise, observamos que a feminização do cuidado já estava presente na situação das mulheres mesmo antes, no período pré-pandêmico, mas se intensificou durante a crise sanitária. Isso quer dizer que, mesmo antes da pandemia, o ser-cuidadora se apresenta como um destino natural para as mulheres no mundo patriarcal, limitando suas possibilidades de agentes no mundo. O cuidado parece justificar a existência delas, de modo que seus projetos existenciais frequentemente se desdobram da premissa do ser-cuidadora. O cuidado relaciona-se, portanto, aos espaços atribuídos às mulheres na sociedade, o espaço doméstico, a maternidade e o trabalho, sendo que trabalhos que demandam algum tipo de cuidado são considerados femininos. Nesse contexto, é como se elas nascessem com o “dom” do cuidado, e suas práticas profissionais parecessem perder o qualquer aspecto técnico que poderiam ter. Dessa forma, notamos que num momento de pandemia, elas acabam ocupando a linha de frente no enfrentamento a COVID-19, como cuidadoras de toda ordem. O ser-cuidadora pode limitar os movimentos transcendentais das mulheres, limitando sua possibilidade de existir, de modo que, diante das normas do que é ser mulher, a sua situação é composta por relações de poder e opressão que as inferiorizam. Concluimos então que durante a pandemia do COVID-19 as mulheres vivenciaram maiores riscos a suas vidas, além de sobrecarga pela demanda de cuidado, acentuando as limitações dos seus movimentos e projetos existenciais.

Palavras-chave: COVID-19. Fenomenologia. Gênero. Cuidado.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic began in 2020 and generated changes in the whole world. The crisis caused by the coronavirus was not only sanitary but also social, economical, and political. Before this scenario, the present project aims to discuss the feminization of caregiving in the context of the COVID-19 pandemic. Therefore, we use critical phenomenology and Simone de Beauvoir's concept of situation. To listen to women and their lived experiences during the pandemic, we used YouTube videos from March to August 2020, in which they talked about their experiences. We adopted the phenomenological method to analyze those videos, bracketing preconceptions about women's lived experiences during the pandemic. Thus, we realized that the phenomenon of care feminization was relevant to revealing those women's experiences. From this analysis, we observe that the feminization of caring was already present in the situation of women in the pre-pandemic period; however, it intensified during the sanitary crisis. It means that even before the pandemic, being-a-caregiver was a natural destiny for women in the patriarchal society, limiting their possibilities as an agent in the world. Caregiving seems to justify their existence, so their existential projects often unfold from the premise of being-a-caregiver. Therefore, caregiving is related to spaces assigned to women in society, for example, the domestic space, motherhood, and work, where work that requires any type of care is considered female. In this context, it is like women were born with the "gift" of caring, and their professional practices seem to lose the technical aspect. In this way, we note that during the pandemic, women occupied the front line of COVID-19 as caregivers of all kinds. Being-a-caregiver may limit the transcendental directions of women, limiting their possibilities of existing. Hence, given the norms of what it means to be a woman, their situation is composed of power relations and oppression that make them subordinate. We conclude that during the COVID-19 pandemic, women experienced more significant risks to their lives, besides an overload due to the demand for caregiving, accentuating the limitations of their existential orientation and projects.

Keywords: COVID-19. Phenomenology. Genre. Care.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CONTEXTO DA PESQUISA | 10 |
| MEU PERCURSO | 14 |
| PARTE I | 21 |
| FENOMENOLOGIA CRÍTICA | 21 |
| CAMINHO METODOLÓGICO | 29 |
| O CAMINHO METODOLÓGICO FENOMENOLÓGICO | 29 |
| DESCRIÇÃO DOS VÍDEOS | 31 |
| PARTE II | 37 |
| CUIDADO | 37 |
| SIMONE DE BEAUVOIR E A SITUAÇÃO | 42 |
| PARTE III | 51 |
| A SITUAÇÃO DA MULHER: PRÉ-PANDEMIA | 51 |
| A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO NO ESPAÇO DOMÉSTICO: UMA REALIDADE ACENTUADA DURANTE A PANDEMIA | 70 |
| “MUITAS VEZES QUANDO A MULHER PARTICIPA, CUIDA DAS PESSOAS COMO SE FOSSEM FILHOS”: CUIDADO COMO PROFISSÃO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 | 91 |
| CONCLUSÕES | 103 |
| REFERÊNCIAS | 108 |

INTRODUÇÃO

CONTEXTO DA PESQUISA

Em março de 2020, a pandemia de COVID-19 chegou ao Brasil e, com ela, uma drástica mudança de vida de grande parte da população. Eu não fui exceção. Em março de 2020, eu iniciava o meu mestrado em Psicologia Clínica na Universidade Federal do Paraná e fui surpreendida pela pandemia e pelo isolamento social – meio de conter a propagação do vírus SARS-CoV-2. A minha experiência com o mestrado foi totalmente *online*, e isso impactou o plano inicial de pesquisa. A pandemia de COVID-19 se apresentou como crise sanitária para o mundo inteiro – entretanto, no Brasil, contexto no qual a pesquisa foi desenvolvida, ocorreram certas particularidades.

Logo no início da pandemia, quando quase o mundo inteiro pensava em como enfrentar essa guerra contra o novo coronavírus, e compreendia a magnitude do perigo que ele apresentava, o governo brasileiro minimizava a potência perigosa do vírus e acusava as mídias de sensacionalismo e exagero. Em março de 2020, ao menos duas vezes, o presidente Jair Bolsonaro se referiu à pandemia de COVID-19 como uma gripezinha¹. O presidente apresentou postura, políticas e discursos negacionistas no contexto da pandemia, gerando grande impacto no controle do vírus no Brasil, apresentando o anticientificismo como marca de sua intervenção. Um exemplo que ilustra bem a postura do presidente foi a defesa do uso da hidroxicloroquina como tratamento para a doença, mesmo sem comprovação científica. A defesa do medicamento trouxe consequências para a população brasileira, de acordo com Taís Seibt e Dannenberg (2021):

Ao manter a defesa da hidroxicloroquina, que, além do impacto desinformativo no que se refere ao tratamento da Covid-19, acarretou outros prejuízos mais concretos a

¹ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>

pacientes em tratamento de outras doenças para as quais a cloroquina é indicada, pois as declarações do presidente colaboraram para o desabastecimento do medicamento nas farmácias. (pp. 23-24)

O governo, muitas vezes, agiu contra as recomendações da Organização Mundial de Saúde e criticou o desenvolvimento de vacinas brasileiras, como a CoronaVac; criticou a utilização de máscaras e incentivou aglomerações (Seibt & Dannenberg, 2021), o que nos mostra a política do governo brasileiro ao lidar com a maior crise sanitária dos últimos tempos. Vejo essa pesquisa com especial relevância diante do cenário político e social do Brasil, uma vez que vivemos um momento em que as instituições acadêmicas e a ciência são atacadas pelo atual governo (Arruda, 2021). Estamos falando sobre a pandemia e sobre gênero em um contexto em que a pesquisa científica, as questões sociais e a própria pandemia são especialmente atacadas pelo presidente e por seus apoiadores.

Em abril de 2022, o Brasil apresentava 30.349.463 casos de COVID-19 e 662.646 óbitos decorrentes da doença (Coronavírus Brasil, n.d.). Mortes que marcaram famílias, interromperam sonhos, deixaram buracos que não podem mais ser preenchidos. Familiares e amigos que não puderam se despedir de seus amados por conta das medidas de enfrentamento à propagação do vírus. Nesse contexto de dor e medo, o presidente também zombou da morte de milhares de brasileiros. Na marca de 2.575 mortes por COVID-19 no Brasil, o presidente foi questionado por um jornalista acerca do número de mortes, a quem respondeu: “não sou coveiro, tá?”².

Enfatizo no decorrer desse texto o modo como o governo brasileiro enfrentou a pandemia de COVID-19 e a postura do presidente para demonstrar que, além da crise sanitária, o Brasil enfrentou um desgoverno ao lidar com a pandemia, nos colocando em uma

²[ver:https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml](https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml)

posição singular frente à essa crise global. Foi nesse contexto que essa pesquisa foi desenvolvida.

Ao longo da pandemia ocorreram inúmeras tentativas e mecanismos de seu apagamento. Em maio de 2022, momento em que escrevo essa dissertação, esse fenômeno está ainda mais presente. Nesse momento, 77,8% da população brasileira está vacinada contra o coronavírus (Our World In Data, 2022) e as mortes diminuíram muito. Entretanto, ele ainda está circulando na sociedade e as taxas de contaminação continuam altas. De acordo com o G1 (2022)³, em 17 de maio de 2022, o Brasil registrou 221 mortes por COVID-19 nas últimas 24 horas, o que indica um aumento em relação às últimas semanas que apresentavam estabilidade ou queda de óbitos.

Em abril de 2022, o Governo Federal dispensou a obrigatoriedade do uso de máscaras em ambientes fechados em cidades ou estados que decidiram flexibilizar o uso⁴. Atualmente, vemos a utilização de máscaras caindo drasticamente e, aparentemente, a população considera que a pandemia chegou ao fim, mesmo sabendo que isso não é verdade. Um elemento importante no apagamento da pandemia é que se criou uma ilusão de que as mortes por COVID-19 são sempre causadas por questões respiratórias/pulmonares, mas já sabemos que o vírus afeta diversas áreas do corpo, desde o sistema cardiovascular até o sistema nervoso. Desse modo, muitas pessoas hoje vivem com sequelas da COVID-19.

A COVID-19 é uma doença nova, ou seja, ainda há muito para descobirmos sobre ela e suas sequelas. Estamos observando que o vírus ataca e gera consequências muito além das respiratórias: o cérebro, por exemplo, é afetado. É possível observarmos casos de déficits cognitivos, com sintomas como distúrbio do sono, dificuldade de concentração, perda de memória, dentre outros (Rafaela Perissê et al., 2022). Os déficits cognitivos estão aparecendo

³<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/05/17/brasil-registra-221-novas-mortes-por-covid-e-media-movel-volta-a-apontar-alta-apos-2-semanas.ghtml>

⁴<https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2022/04/governo-federal-atualiza-medidas-de-prevencao-e-controle-da-covid-19-no-trabalho>

como sequelas tanto em casos de quadros graves de COVID-19 quanto em quadros leves (Perissê et al., 2022). Além disso, estão sendo observados sequelas como trombozes, embolia, AVC isquêmico e ataques cardíacos (Audrey Gerônimo et al., 2022).

Estamos em um processo de entender o que é e foi essa pandemia, além de estarmos conhecendo a síndrome pós-COVID, o que parece ser bem ignorado pela sociedade. De acordo com Gerônimo et al. (2022):

A síndrome pós COVID (ou *long covid*, do inglês “COVID longa”) representa um quadro clínico que é resultante da repercussão do agravo no organismo e que é composto por um conjunto de sintomas inespecíficos. Em sendo um algo recente, ainda não se sabe muito a seu respeito, mas o que fica claro é que não acomete apenas pessoas que desenvolveram a forma grave de COVID-19 e que chegaram a ser internadas em UTI por longo período. (p. 12)

O presente trabalho tem como especial relevância não esquecermos desse momento histórico de crise sanitária, social, política, econômica do mundo, evidenciando que não chegamos ao fim da pandemia. As consequências dela ainda estão sendo desveladas e parecem estar longe de serem resolvidas – não só no âmbito da saúde, mas em suas consequências sociais, políticas e também econômicas. Além disso, muitas pessoas estão tendo que viver seu corpo com as sequelas da doença, tendo que ressignificar sua experiência no mundo, e, de acordo com Gerônimo et al. (2022), a pessoa afetada “vai percebendo as novas relações frente às mudanças que vão ocorrendo em relação ao seu corpo, resultando em uma nova forma de interagir consigo próprio” (p. 7). Nessa direção, Juliana Oliveira e Mônica Kuwahara (2022) sublinham que:

Os efeitos da pandemia do Covid-19 sobre as múltiplas dimensões da vida social ainda estão longe de se esgotar, restando ainda muitas dúvidas. Uma das características marcantes da crise sanitária é o fato de que há grupos sociais que são

afetados de formas muito mais intensas que outros, com piores condições de combater a doença ou mais vulneráveis social e economicamente. (p. 2)

Os impactos à saúde mental da população em geral, e aqui enfatizo em especial à das mulheres, está presente na vivência delas nesse momento e é importante olharmos atentamente para esses aspectos para não correremos o risco de, diante do apagamento da pandemia, violentarmos ainda mais as mulheres que vivenciam esse momento feridas e sobrecarregadas.

MEU PERCURSO

Quando a pandemia iniciou, no grupo de estudos e pesquisa coordenados pela minha orientadora, Professora Doutora Joanneliese de Lucas Freitas, ela propôs que estudássemos sobre a pandemia, entendendo nosso compromisso ético e político como pesquisadoras para esse momento tão específico que vivíamos. Os textos discutidos nesses momentos e as reflexões levantadas por eles me levou a querer estudar a pandemia e, dessa forma, minha pesquisa de mestrado se voltou para esse momento histórico. No início sabíamos pouco, tanto sobre a doença, quanto sobre como uma pandemia poderia afetar o país e nossa vida particular. O medo da doença, de morrer, de perder alguém, era o que cercava minha experiência nesse momento.

Meu maior interesse no que tange à pesquisa sempre foram os estudos de gênero. Eu, como mulher em um mundo patriarcal, sempre senti a urgência em pesquisar sobre a experiência da mulher, de ouvi-las e entender as estruturas que esbarram em nossas existências. Sendo assim, optei por pesquisar sobre a mulher e a pandemia, mas ainda estava confusa sobre como faria isso. Dessa forma, pensamos: como ouvir o que elas estavam falando e vivendo naquele momento? No início da pandemia, em 2020, as entrevistas presenciais não eram uma opção, dada a situação sanitária e o consequente isolamento social

que se fazia necessário. Nesse processo optamos por não utilizar entrevistas online por compreendermos que não seria um modo inclusivo de ouvir as mulheres, pois as entrevistas se restringiriam a mulheres com acesso à internet, por meio de algum aparelho, como o celular ou o computador. Busquei, então, vídeos no YouTube onde mulheres haviam sido entrevistadas ou que relatavam suas experiências no meio de uma pandemia. Assistimos os vídeos e selecionamos os que as mulheres falavam sobre como elas estavam vivendo aquele momento. Pudemos ouvir mulheres que, através de entrevistas online, talvez não pudéssemos ouvir, e que não são geralmente ouvidas em entrevistas acadêmicas. Em um primeiro momento, meu interesse era me aproximar do que elas falavam de suas experiências, mas notei que também havia uma grande importância em ouvir o que repórteres e homens, que participavam das reportagens, diziam sobre elas. Percebi que o que eles diziam também poderia contribuir para esse trabalho. Inicialmente foram selecionados 10 vídeos, entretanto, ao longo da pesquisa, apenas seis foram utilizados por se aproximarem mais da temática que foi se delineando.

Comecei a assistir os vídeos, ouvindo com atenção, vendo-os inúmeras vezes, e algo começou a me incomodar. Havia algo que se apresentava nas experiências delas que, de alguma forma, se repetia. Conversando com minha orientadora, esse incômodo foi se iluminando: todas as mulheres, de uma forma ou de outra, estavam falando sobre ocuparem o lugar de cuidadora. Além disso, em alguns casos, os repórteres enfatizavam esse papel de cuidadora, mesmo que de maneira naturalizada e indireta. Isso me intrigou e me levou a buscar e estudar sobre a feminização do cuidado – um fenômeno que já era presente na vida das mulheres no mundo pré-pandêmico e que foi intensificado durante o período da pandemia. Destarte, pude notar – ou confirmar – que a vivência de homens e mulheres são diferentes frente à COVID-19.

Já me debruçando sobre a vivência da mulher na pandemia e sobre a feminização do cuidado nesse período, algumas notícias veiculadas nas grandes mídias mexeram muito comigo e também me ajudaram a pensar no presente trabalho. A primeira notícia foi a primeira morte por COVID-19 no estado do Rio de Janeiro, que teve como vítima uma mulher, negra, de 63 anos: Cleonice Gonçalves⁵. Ela era doméstica e seus patrões haviam acabado de chegar da Itália. Ainda que recomendado, a família não dispensou Cleonice de suas atividades, da mesma forma que não avisaram para a senhora a possibilidade de estarem infectados, com sintomas gripais. Cleonice, em uma situação de pandemia, teve que continuar servindo e cuidando da família e casa de seus patrões, mesmo que isso colocasse sua vida em risco.

O segundo caso foi o caso do menino Miguel⁶. A mãe de Miguel, Mirtes Renata de Souza, era empregada doméstica de uma família de Tamandaré, em Pernambuco. Mirtes, assim como Cleonice, não foi dispensada do serviço no período da pandemia, e, com o fechamento das escolas, ela precisou levar seu filho, Miguel, de cinco anos, para o serviço. A doméstica foi passear com o cachorro da família, enquanto sua patroa fazia a unha no apartamento. Miguel ficou aos cuidados da patroa e, por negligência dela, o menino caiu do 9º andar do prédio e morreu. Novamente, trata-se de um caso em que a mulher negra deixa o cuidado de sua família para cuidar da casa de família branca que a contrata, mesmo correndo riscos. Vemos claramente uma questão de desigualdade socioeconômica nos dois casos, onde, na luta pela subsistência, as mulheres se colocam em risco durante a pandemia. Além disso, as patroas parecem não se importar com os riscos que expõem as trabalhadoras domésticas.

Dessa forma, é necessário olharmos para a vivência das mulheres durante a pandemia de maneira interseccional, uma vez que, ao falarmos sobre as mulheres, não estamos falando

⁵<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/03/22/uma-pessoa-muito-batalhadora-diz-sobrinho-de-empregada-domestica-que-morreu-de-coronavirus.ghtml>

⁶<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57325563>

de um grupo homogêneo. Entre as décadas de 1960 e 1980, ativistas e intelectuais não-brancas começaram a defender que raça, classe e gênero operam juntos (Bruna Pereira, 2021). Nesse momento, “propuseram que o patriarcado, o racismo e o capitalismo, como sistema de opressão, dominação e exploração, existem e operam de forma articulada, influenciando-se mutuamente” (Pereira, 2021, p. 446). Foi em 1989 que o termo interseccionalidade foi utilizado, pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, para se referir à “realidade social como constituída por diversos sistemas que interagem entre si de maneiras distintas, conforme múltiplas dimensões da experiência” (Pereira, 2021, p. 447), caracterizando as experiências sociais como multidimensionais (Pereira, 2021).

Nesse sentido, Joaze Bernardino-Costa (2015) sublinha que:

O conceito de interseccionalidade utilizado por Crenshaw destaca as desvantagens, as vulnerabilidades, as opressões e o desempoderamento sofridos dinamicamente pelas mulheres, que se encontram em dois ou mais pontos de encontro dos eixos de poder. (p. 152)

Em suma, por interseccionalidade, alinhamo-nos à concepção de Crenshaw (2002), que compreende que

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação de dois ou mais eixos de subordinação. Ela aborda a maneira pela qual o racismo, patriarcado, opressão de classe ou outros sistemas de opressão criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas das mulheres, raças, classes, etnias e outros (p. 177).

Ou seja, além do mundo patriarcal, as estruturas do racismo, da violência da classe, da cisheteronormatividade, entre outras, estão presentes na nossa vivência. Podemos entender que “marcas de identidades” colocam mulheres em diferentes situações. É importante, também, entendermos que a interseccionalidade não diz respeito à noção de soma de

elementos identitários ou de opressões: trata-se de algo mais complicado, pois estudos interseccionais buscam “capturar a complexidade da relação entre os diversos sistemas de subordinação” (Pereira, 2021, p. 446).

É importante, aqui, descrevermos o que compreendemos por racismo estrutural e sociedade patriarcal nesse trabalho. Por racismo estrutural, utilizaremos a definição de Silvio Almeida (2018). Para ele, o racismo:

é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (p. 22)

Almeida (2018) aponta que é importante compreendermos o racismo como estrutural, uma vez que ele está presente na estrutura social. De acordo com o autor, “comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção” (p. 33). Ou seja, “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social” (p. 33).

O patriarcado, ou sociedade patriarcal, refere-se à forma como a desigualdade de gênero está presente nas estruturas sociais. Podemos compreender que, na sociedade patriarcal, são os homens que constituem os significados. É uma sociedade constituída *para* os homens e *por* homens. De acordo com Luísa Martins et al. (2021), o patriarcado é “uma ideologia considerada como uma forma de dominação masculina” (p. 341). As autoras apontam que o patriarcado naturaliza a ideia de que os homens são superiores às mulheres, e as “essencializam” como submissas. Além disso, Martins et al. (2021) apontam as instituições como coniventes com o patriarcado, auxiliando na naturalização da inferiorização das mulheres.

A naturalização da submissão da mulher, que ocorre na sociedade patriarcal, atribui certas características aos homens e outras características às mulheres. Essas características muitas vezes serviram para justificar a desigualdade de gênero que inferioriza as mulheres, limitando suas possibilidades de existir, argumentando que existe um destino natural ou uma essência que determina seu futuro e sua agência no mundo.

A interseccionalidade também pode ser usada como forma de pensar e organizar práticas políticas e emancipatórias, unindo grupos (Bernardino-Costa, 2015). Ou seja, hoje, além de se referir a desigualdade e opressão, a interseccionalidade se refere “à construção de identidade coletivas, laços de solidariedade entre grupos e aos ativismos políticos mobilizados em oposição a processos de subordinação” (Pereira, 2021, p. 448). No presente trabalho, a interseccionalidade será utilizada de modo a pensarmos a situação de diversos grupos de mulheres em relação à feminização do cuidado, compreendendo que os eixos de opressão, se relacionando, propõem a diferentes mulheres diferentes espaços e modos de cuidado.

Diante disso, os casos, as falas, as notícias, as reportagens e tudo que tive acesso acerca da vivência da mulher diante da pandemia e sua relação feminização do cuidado, começou a me inquietar. Primeiro, por notar que o cuidado perpassa a vida das mulheres e essa feminização do cuidado é algo muito sutil, que quase não se repara. A segunda coisa que me inquietou é que, inegavelmente, atravessa as mulheres de maneiras diferentes, quando pensamos nas diferenças de classe, raça, territorialidade, etc.

Diante do exposto, nossa pergunta de pesquisa foi redefinida: como as mulheres vivenciaram a feminização do cuidado no período da pandemia? A partir dessa interrogação, traçamos o objetivo geral de discutir a feminização do cuidado durante a pandemia de COVID-19. Os objetivos específicos são: compreender a feminização do cuidado na situação das mulheres no período pré-pandemia, compreender a feminização do cuidado durante a

pandemia de COVID-19, discutir se houve a intensificação da feminização do cuidado durante a pandemia de COVID-19 e identificar as características presentes na feminização do cuidado nesse período. Faremos essa discussão por meio da fenomenologia crítica, utilizando o conceito de situação em Simone de Beauvoir, para compreender esse fenômeno e as estruturas sociais que atravessam as mulheres no período da pandemia de COVID-19.

O presente trabalho foi dividido em três partes. Na primeira, apresentamos o nosso caminho metodológico e como se sustenta em um olhar fenomenológico. Essa primeira parte está dividida em dois capítulos dos quais, o primeiro apresenta a fenomenologia crítica e suas contribuições para o nosso trabalho e o segundo, onde apresento o caminho metodológico e o material selecionado na pesquisa. A segunda parte do trabalho apresenta os conceitos que sustentam teoricamente nossa reflexão e discussão. Essa parte também contém dois capítulos. O primeiro apresenta o conceito de cuidado de modo crítico, e o segundo apresenta o pensamento de Simone de Beauvoir e seu conceito de situação. Na terceira parte do trabalho, finalmente, discutimos a situação da mulher durante o período da pandemia de COVID-19, em três capítulos. O primeiro deles discute a situação da mulher no período pré-pandemia, o segundo a situação da mulher e a feminização do cuidado no espaço doméstico e o terceiro, a situação da mulher e a feminização do cuidado em instituições e profissões de saúde. Encerramos o trabalho, com nossas conclusões.

PARTE I

FENOMENOLOGIA CRÍTICA

A fenomenologia é uma corrente filosófica que nasceu no final do século XIX e início do século XX, na Alemanha, e tem como fundador Edmund Husserl (Angela Bello, 2006; Zahavi, 2019). Essa corrente filosófica surge em um momento histórico em que o positivismo, o psicologismo e as ciências da natureza dominavam a produção de conhecimento. Husserl, então, nos convida a repensar a forma como a ciência era feita até então, argumentando que faltava certo rigor; que o mundo e os fenômenos que percebemos são eles mesmos, vistos de um determinado ângulo. A falta de rigor da ciência para Husserl se refere ao fato de que as ciências humanas naturalizaram a concepção de o que é o ser humano, enquanto as ciências naturais deixavam de questionar seus próprios pressupostos.

Outro aspecto presente em teorias metafísicas que Husserl criticou em sua formulação da fenomenologia é a divisão dicotômica e absoluta entre sujeito e objeto, ou melhor, entre subjetividade e objetividade, como se fossem dissociáveis. O fenomenólogo defende a consciência intencional na qual o mundo é sempre um “mundo para”, assim dizendo, necessita de um sujeito para ser percebido e a consciência precisa de um objeto para perceber. Ou seja, toda consciência é sempre “consciência de” – logo, mundo e consciência não podem ser separados. Nesse sentido, Gonçalves et al. (2008) explicitam:

A fenomenologia não prioriza nem sujeito nem objeto, mas sim, a indissociação de um aspecto e outro na própria estrutura da vivência da experiência intencional. Por esse prisma, é possível visualizar a superação da dicotomia sujeito-objeto, afirmando que toda consciência é intencional e, para Husserl, não há consciência desvinculada de um mundo para ser percebido e nem há mundo sem uma consciência para percebê-

lo ou, melhor dizendo, não há ‘consciência pura’, apartada do mundo, como afirmam os racionalistas, uma vez que toda consciência tende para o mundo. (pp. 406-407)

Para dar conta disso, Husserl propõe o método fenomenológico que é composto de dois momentos: a *epoché* e a redução. De acordo com Maria Aparecida Bicudo (1990), a “*epoché*, [é] quando põe o fenômeno em suspensão, destacando-o dos demais co-presentes ao campo perceptual do pesquisador, e *redução*, quando descreve o visto, seleciona as partes da descrição consideradas essenciais ao fenômeno” (p. 20). O método fenomenológico visa ser rigoroso, e exige que a pesquisadora busque “a cada momento em que interroga o fenômeno e ao seu próprio pensar esclarecedor” (Bicudo, 1990, p. 20). Através do método fenomenológico, busca-se voltar-às-coisa-mesmas.

O método fenomenológico busca olhar o que está encoberto, desvelar o fenômeno. Para isso, é necessário que a pesquisadora abandone sua atitude natural e adote uma atitude fenomenológica. A atitude fenomenológica exige um olhar atento ao fenômeno, para que esse possa falar de si. Bicudo (1990) sublinha que:

‘Perceber o fenômeno’ quer dizer que há um correlato e que a percepção não ocorre no vazio, mas em um estar-com-o-percebido. Todavia, o que é percebido, nunca é visto sem que seja olhado. É o invisível se mostrando, tornando-se visível. Para tanto, solicita um ver e uma consciência atenta que o veja. É o ir-às-coisas-mesmas, experiência fundante do pensar fenomenológico, necessário ao rigor do pesquisar fenomenológico. (p. 18)

O pensamento husserliano influenciou e inspirou diversos autores e pensadores que, a partir de sua teoria, desenvolveram seus próprios pensamentos e reflexões. Esse é o caso de Merleau-Ponty e Simone de Beauvoir. Aqui escolhemos utilizar os dois autores, pois, ao longo da pesquisa, utilizaremos o conceito de situação de Beauvoir, que será apresentado

mais à frente, e esse conceito dialoga com a ideia de corpo situado de Merleau-Ponty. Desse modo, a fenomenologia dos dois se apresenta especialmente importante para nosso trabalho.

Thévenaz (2017) elucida que para Merleau-Ponty, a percepção é nossa relação com o mundo e que o mundo é o que percebemos. Acrescenta ainda que “toda consciência, todo conhecimento, toda intervenção do homem se desenha sobre um fundo sempre presente: o mundo, um mundo que está sempre já-aí, radicalmente primeiro” (Thévenaz, 2017, p. 170). O mundo, então, está presente em toda e qualquer existência humana. Entretanto, o mundo não nos determina, mas nos relacionamos com ele. No prefácio de seu livro *Fenomenologia da Percepção* (1999), Merleau-Ponty elucida que a fenomenologia não é uma filosofia determinista e nem essencialista, pois nossa existência é aberta. O autor relata que:

Eu não sou o resultado ou o entrecruzamento de múltiplas causalidades que determinam meu corpo ou meu ‘psiquismo’, eu não posso pensar-me como uma parte do mundo, como o simples objeto da biologia, da psicologia e da sociologia, nem fechar sobre mim o universo da ciência. Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. (Merleau-Ponty, 1999, p. 3)

Considerando a importância do mundo, Merleau-Ponty (1999) afirma que é impossível pensar, analisar e explicar a realidade partindo de componentes separados. Não é possível isolar elementos. Nossa existência é incorporada em um mundo e deve ser compreendida em totalidade com ele. De acordo com Alkimim (2016), “em suma, as nossas experiências do mundo e com as coisas desse mundo formam um todo no qual cada objeto, em sua particularidade, é visto também como algo integrado a essa mesma totalidade” (p. 260). Apesar disso, nossa experiência é singular, subjetiva, mesmo inserida no mundo. Merleau-Ponty busca, então, a combinação entre a subjetividade e a objetividade, “reconhecendo assim a experiência subjetiva, pois toda experiência é experiência de alguém,

sem, contudo, desconsiderar o fato de que o ser de cada sujeito é ser alguém incluído e introduzido no mundo” (Alkimim, 2016, p. 261). Essa percepção da relação do sujeito com o mundo e do mundo com o sujeito de maneira que são indissociáveis, mas não determinantes, irá em direção com o que trabalharemos nesta pesquisa, uma vez que o mundo em que vivemos é permeado por estruturas de poder e de opressão, como o patriarcado e o racismo, e é impossível pensarmos nas subjetividades sem levarmos em consideração esses aspectos.

O autor francês encontra no corpo a possibilidade de ultrapassar a dicotomia entre subjetividade e objetividade, em uma atitude dialética. Conforme Gonçalves et al. (2008):

Esta proposição é uma amostra da originalidade argumentativa deste filósofo. Apesar do esforço para ‘enraizar’ a consciência na existência, ele conseguiu evitar a preferência por um objetivismo materialista ou pelo subjetivismo intelectualista. Conservando uma atitude dialética no tratamento das questões. (p. 413)

Destarte, o corpo ocupa uma posição importante na obra e teoria de Merleau-Ponty. O corpo não é apenas um objeto passivo às influências externas, às influências do mundo. O corpo também não é só um recipiente onde a mente está alojada (Gonçalves et al., 2008). Sendo o corpo nosso meio de percepção, para Merleau-Ponty, a intencionalidade é atribuída a ele – a intencionalidade está no ato corpóreo. Nas palavras de Gonçalves et al. (2008):

A intencionalidade, isto é, a abertura para as coisas do mundo, que a fenomenologia tradicionalmente considera como propriedade da consciência, torna-se atributo do corpo na fenomenologia de Merleau-Ponty. Se o homem está comprometido com o mundo, não é mais pela consciência constituinte, mas pela percepção, a qual impede-nos de considerar o ser humano como totalmente livre, pois sua liberdade supõe um envolvimento com as coisas e pessoas, anterior a qualquer deliberação. Esta concepção de liberdade tem conseqüências políticas em sua filosofia, pois, se reconhecemos que o mundo encontra-se dado quando nascemos, por outro lado,

sempre haverá algo a fazer, novas possibilidades abertas por cada ato perceptivo que dirigimos a realidade. (pp. 413-414)

Lisa Guenther (2020) enfatiza a postura e a direção crítica da fenomenologia, pois, através dela, busca-se sair da atitude natural e adotar uma postura crítica, por meio da qual nós podemos observar as estruturas transcendentais que dão sentido às coisas, à nossa vivência e ao mundo. Entretanto, Guenther (2020) denuncia que a fenomenologia clássica não é suficientemente crítica no que tange às estruturas históricas e sociais contingentes que contornam nossas experiências de uma forma quase-transcendental. A fenomenologia crítica propõe certos questionamentos, como, por exemplo, o que a fenomenologia pode falar acerca da experiência vivida diante das relações de poder e opressão. Guenther (2020) explica também que a fenomenologia clássica e a fenomenologia crítica se diferenciam acerca da compreensão da intencionalidade, como vemos a seguir:

Uma diferença crucial entre a fenomenologia clássica e a crítica é o grau em que a intencionalidade é entendida como a orientação de um ato intencional (noesis) em direção a um objeto intencional (noema), onde a noesis constitui o noema sem ser reciprocamente constituída por ele, ou como uma relação na qual os ciclos de feedback entrelaçam processos noéticos com um campo noemático e vice-versa. Husserl assume a primeira posição, Merleau-Ponty a última. (p. 12)⁷

Desse modo, a fenomenologia crítica se preocupa com os aspectos sociais presentes no mundo, de modo a compreender as relações sociais nas quais podemos observar relações de poder, de opressão, de violência, além de buscar entender o existir singular de cada um diante dessas estruturas presentes na sociedade. Ou seja, nossa agência diante do mundo é também contornada pela facticidade, pelos aspectos culturais e sociais presentes em um

⁷ Tradução nossa. Original: A crucial difference between classical and critical phenomenology is the degree to which intentionality is understood as the orientation of an intentional act (noesis) toward an intentional object (noema), where noesis constitutes noema without being reciprocally constituted by it, or as a relation in which feedback loops interweave noetic processes with a noematic field and vice versa. Husserl takes the former position, Merleau-Ponty the latter.

determinado tempo e espaço histórico. Assim, no presente trabalho, nos atentaremos ao machismo, ao racismo e ao classismo presentes na sociedade, para entendermos a feminização do cuidado na experiência das mulheres durante a pandemia de COVID-19.

À vista disso, compreendemos que a experiência da mulher é marginalizada, tanto na estrutura da sociedade quanto nas pesquisas acadêmicas, e, diante disso, é importante entendermos suas experiências no âmbito existencial. Em certas experiências marginalizadas de grupos subalternos ou subjugados, a transcendência e a imanência não se dão da mesma forma que para os grupos dominantes, como Shiloh Whitney (2020) aponta no trecho a seguir:

A superação da imanência não está mais ali posicionada como uma nobre luta pela conquista existencial. Em vez disso, essa conquista é ela mesma problematizada. Sua falsa universalidade e sua fraqueza existencial são expostas. Em vez de ser definitivamente humano, a superação da imanência é um modo particular de subjetividade desfrutado por poucos privilegiados. Ao invés de ser o exercício definitivo da liberdade existencial, está implicada na subjugação e sujeição de grupos sociais marginalizados. (p.192)⁸

Por transcendência, na perspectiva beauvoiriana, compreendemos que se trata do “movimento em direção a algo, mais especificamente à superação do que é dado” (Danielli Lima, 2020, p. 6): trata-se do exercício da liberdade, do “movimento de ação espontânea intencional” (Lima, 2020, p. 7). Já por imanência, referimo-nos a “aquilo que permanece o mesmo, que não se movimenta” (Lima, 2020, p. 6). A imanência e a transcendência não são opostas, mas sim complementares. Aqui é importante entendermos a compreensão

⁸ Tradução nossa. Original: The overcoming of immanence is there no longer positioned as a noble struggle for existential achievement. Instead that achievement is itself problematized. Its false universality and existential weakness are exposed. Instead of being definitively human, overcoming immanence is a particular mode of subjectivity enjoyed by a privileged few. Instead of being the definitive exercise of existential freedom, it is implicated in the subjugation and bondage of marginalized social groups.

beauvoiriana de transcendência e imanência, pois essa autora irá nos acompanhar ao longo deste trabalho. Mais à frente, discutiremos mais demoradamente sobre a autora e suas contribuições para o trabalho.

O pensamento de Beauvoir enfatiza que a opressão que as mulheres vivenciam nas sociedades ocidentalizadas possui como fator central a tentativa de condená-las à imanência, tornando-as o Outro, ao passo que os homens possuem uma experiência de vida marcada pela transcendência (Whitney, 2020). Desse modo, apesar de não ser denominada uma fenomenóloga crítica, Beauvoir contribui muito para tal perspectiva ao descrever que os grupos oprimidos possuem suas possibilidades existenciais limitadas.

Na filosofia, por muito tempo, considerou-se o ser humano como universal, e esse ser, nada curiosamente, era denominado “homem”. A filosofia buscava compreender o ser humano de maneira geral utilizando como referência o homem, suas experiências e existência. Beauvoir defendeu que a existência de homens e mulheres se dá de maneira drasticamente diferente, uma vez que “cada um dos sexos é uma existência situada a partir de seus corpos” (Lima, 2020, p. 5).

A existência é corporificada e, na sociedade moderna, os corpos são classificados e hierarquizados. A partir dessa categorização e hierarquização, certas existências e corpos têm suas transcendências negadas ou dificultadas. A opressão marca a existência, marca o corpo dos grupos marginalizados e subjugados. Whitney (2020) aponta que, para Beauvoir, a opressão não é indiferente aos corpos: as opressões se apresentam de maneira concreta, não afetando “apenas” a transcendência. A autora descreve que

Não são ‘meramente’ nossos corpos, nossa imanência, que são afetadas pela opressão, como se a opressão sujeitasse apenas da carne. Nem a opressão é indiferente a nossos corpos, mirando apenas nossas possibilidades de pura transcendência. A opressão diminui nossas capacidades existenciais na medida em que é a negação de nossa

transcendência ambígua, a exigência de que neguemos nossa corporificação para realizar nosso ser. Marca os corpos das pessoas marginalizadas como exemplos de imanência e limita nossas possibilidades de transcendência àquelas que podem ser obtidas às custas de nos sentirmos em casa em nossa própria carne. (p. 193)⁹

O presente trabalho irá utilizar a fenomenologia crítica, pois ela é capaz de oferecer uma compreensão fenomenológica da experiência da mulher, captando as implicações das estruturas sociais. A experiência da mulher é permeada por estruturas como o machismo e o patriarcado. Além disso, mulheres não-brancas ainda são tocadas por estruturas racistas e coloniais. Dessa forma, podemos melhor entender os entraves da existência feminina, suas possibilidades e movimentos existenciais nas sociedades ocidentalizadas. A seguir apresentaremos nosso caminho metodológico e descreveremos os vídeos selecionados para a pesquisa.

⁹ Tradução nossa. Original: It is not “merely” our bodies, our immanence, that are affected by oppression, as if oppression is a bondage of the flesh alone. Nor is oppression indifferent to our bodies, targeting only our possibilities for pure transcendence. Oppression diminishes our existential capacities insofar as it is the denial of our ambiguous transcendence, the demand that we negate our embodiment in order to realize our being. It marks the bodies of marginalized people as exemplars of immanence and limits our possibilities for transcendence to those that can be had at the expense of being at home in our flesh.

CAMINHO METODOLÓGICO

O CAMINHO METODOLÓGICO FENOMENOLÓGICO

O presente capítulo possui como objetivo descrever nosso caminho metodológico e os vídeos selecionados para a pesquisa, que nos auxiliaram a ouvir a vivência das mulheres nesse período. Os vídeos foram selecionados em agosto de 2020, no site YouTube. Foram pesquisadas as combinações de palavras “Mulheres e COVID-19”, “Mulheres e pandemia” e “Mulheres e novo coronavírus”. Nessa pesquisa inicial foram encontrados 10 vídeos nos quais mulheres falavam sobre suas próprias experiências no contexto da pandemia de COVID-19. Todos os vídeos selecionados se configuram como reportagens.

Depois de assistir aos vídeos inúmeras vezes, buscando suspender nossas naturalizações sobre o que é ser mulher, buscando olhar fenomenologicamente o fenômeno que ali se apresentava, percebemos que havia algo encoberto no modo das mulheres serem retratadas. Percebemos que a feminização do cuidado estava presente na maioria da fala das mulheres, assim como na forma com que eram representadas, impactando nossa percepção sobre a experiência que ali se mostrava. Ou seja, havia um sentido permeando quase todas as representações femininas nas reportagens que associa as mulheres ao papel de cuidadoras.

O método fenomenológico se propõe a abandonarmos a atitude natural e adotarmos a atitude fenomenológica para desvelarmos os fenômenos. No caso, não duvidávamos da existência daquelas mulheres ou daqueles fenômenos, mas duvidávamos e suspendemos qualquer explicação prévia sobre o modo como as mulheres estavam vivendo a pandemia. Para isso, é necessário que as pesquisadoras estejam envolvidas de um modo peculiar com o fenômeno que pretendem estudar, que, no nosso caso, são as existências das mulheres na pandemia, porém acessadas por meio dos vídeos. Ao nos aproximarmos dos fenômenos e buscarmos voltar-às-coisas-mesmas, é necessário deixarmos o fenômeno mostrar-se, falar de si e por si. Quando começamos a ver os vídeos selecionados, pudemos perceber o cuidado

como um sentido que se desvelou não apenas na fala das mulheres, mas também na maneira como eram retratadas. A feminização do cuidado foi se mostrando cada vez mais evidente. Nesse sentido, nosso caminho se realizou à luz desse deixar-ver e deixar-mostrar. Partindo dessa atitude diante dos 10 vídeos selecionados, pudemos observar que em seis deles a feminização do cuidado se mostrava mais evidente e explícita, e, desse modo, quatro foram excluídos.

Para analisarmos os vídeos, o método fenomenológico e a fenomenologia crítica nos guiaram. Por meio do método fenomenológico, envolvemo-nos com o campo de pesquisa e olhamos para o fenômeno que foi privilegiado no presente trabalho. Assistimos os vídeos abandonando um olhar naturalizado sobre o fenômeno, de modo atento não apenas ao que era evidente, mas também ao que não se mostrava tão claramente, ao que não estava previamente iluminado, descoberto.

A fenomenologia crítica nos auxiliou a lançarmos um olhar crítico para o fenômeno em tela – as mulheres – a partir de sua situação e de sua condição como pertencentes a um grupo social, o que nos permitiu observar a feminização do cuidado e não a naturalizar como um fenômeno intrínseco ao feminino. O modo como o cuidado se mostra presente na experiência e situação das mulheres é contornado por estruturas sociais, como o machismo e o racismo presentes na sociedade em que vivemos. Observa-se que essas estruturas sociais estão presentes na vida das mulheres de modo quase-transcendental, ou seja, os aspectos sociais perpassam nossa subjetividade, nossa ação diante do mundo e nossa agência. Partindo dessa perspectiva, ouvimos as mulheres que ali falavam em busca de ouvir a todas nós, vivendo no Brasil de 2020, em meio a uma pandemia.

A escolha de utilizarmos vídeos permitiu que ouvíssemos uma pluralidade de mulheres em diversos contextos e de diferentes classes sociais e raças. Os vídeos nos possibilitaram o acesso à experiência vivida de diversas mulheres, sendo uma ferramenta

importante para olharmos atentamente para suas situações. Desse modo, pudemos observar diversas experiências femininas nesse período e, diante dessas diversas experiências, a feminização do cuidado se mostrou como um fenômeno presente nesses diversos contextos.

DESCRIÇÃO DOS VÍDEOS

O primeiro vídeo possui como título *Conheça a história de mulheres que contraíram o novo coronavírus durante a gravidez*¹⁰ (Vídeo 01), do canal Legislativo PI. Nele vemos uma maternidade onde, segundo a repórter, pelo menos seis mulheres tiveram que fazer o parto "às pressas" após contraírem o novo coronavírus. As seis mulheres se recuperaram e tiveram alta hospitalar. A reportagem inicia com um vídeo caseiro, aparentemente gravado por um celular, de uma mulher saindo de cadeira de rodas da maternidade e entrando em uma ambulância, acompanhada por profissionais de saúde que a aplaudem. Logo após, dois homens, profissionais de saúde, que não são identificados e nem são citados seus cargos, contam que, naquele dia, duas mulheres tiveram alta hospitalar e isso gerava satisfação na equipe. Em seguida, a reportagem segue contando a história da primeira mulher grávida do estado do Piauí a dar entrada na maternidade com COVID-19, Sandra Maria, dona de casa. Após o parto, o bebê ficou aos cuidados da irmã de Sandra. O vídeo mostra a primeira vez que a mulher pega sua filha nos braços. A irmã de Sandra chora ao relatar que cuidou da sobrinha como se fosse sua filha e pela alta hospitalar da irmã.

A equipe, composta por mulheres, acompanha Sandra em sua saída do hospital com balões, cantando a música *Como é grande o meu amor por você*, e aplaudem a puérpera. Sandra relata que, quando a filha nasceu, foi levada a outro quarto por conta da COVID-19. Relatou que sentia muita falta de ar e que seu parto seria natural, mas por conta da doença,

¹⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=ee2gHWpadb8>

precisou ser cesárea, pois corria risco de vida. Foram 18 dias longe da filha, que foram difíceis, mas, segundo ela, a equipe lhe ajudou muito, apoiando-a e acalmando-a.

O segundo vídeo se chama *Mulheres se destacam no combate ao coronavírus no Brasil*¹¹ (Vídeo 02), do canal Domingo Espetacular. As imagens iniciais são de dois repórteres, um homem e uma mulher, introduzindo a reportagem e falando que, diante da pandemia, muitas mulheres estão na luta contra o avanço do novo coronavírus e que, no Dia Internacional da Mulher (data da reportagem), a equipe irá contar a história de “luta e dedicação” de algumas profissionais de saúde na linha de frente do combate à COVID-19. As mulheres são citadas ocupando espaços como as UTIs e os laboratórios de pesquisa. A reportagem enfatiza que elas representam 70% da força de trabalho da área de saúde no mundo. É destacada a dedicação das mulheres chinesas que, segundo o repórter, “comoveu o planeta”.

Os repórteres entrevistam uma infectologista, duas biomédicas, uma médica que lidera um laboratório, uma médica que é diretora da vigilância epidemiológica de São Paulo e uma virologista. Ao fim da reportagem, a infectologista é acompanhada em sua rotina, saindo de casa até suas atividades no hospital. Ela trabalha em uma UTI que é referência no Brasil para internação de pacientes com COVID-19.

O terceiro vídeo se chama *Mulheres das Forças Armadas combatem a covid-19 no extremo do Amazonas*¹² (Vídeo 03), do canal Domingo Espetacular. O vídeo relata a história de 10 mulheres que estão presentes em uma missão da Força Aérea Brasileira (FAB) que vão para o extremo da Amazônia para trabalhar no combate ao vírus. Das 10 mulheres, duas são médicas, uma enfermeira, seis técnicas de enfermagem e uma fisioterapeuta. No vídeo,

¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=5fGFxo54RE4>

¹² <https://www.youtube.com/watch?v=-k1u4iJQyeE&t=57s>

alguns moradores das cidades, por onde a missão passou, relataram o medo do novo vírus. São cidades que há contaminação de COVID-19, mas não há leitos de UTI e o local mais perto que disponibiliza leitos fica a 1000 km.

A missão tem como objetivo levar profissionais de saúde e materiais de proteção para o extremo da Amazônia. A equipe é composta apenas por mulheres. A matéria acompanha a missão em seu início, saindo da base da FAB, em São Paulo, até o interior do Amazonas. São citadas outras missões parecidas que ocorreram desde o início da pandemia. As mulheres são entrevistadas durante o trajeto, relatando medo e esperança na missão.

O quarto vídeo, intitulado *Julie se mudou para cuidar da mãe e de irmã diagnosticada com covid-19*¹³ (Vídeo 04), é uma reportagem do canal Câmera Record. O vídeo conta a história de Julie, mulher que saiu do seu apartamento e mudou-se para cuidar da irmã, que testou positivo para COVID-19, e da mãe, que apresentava sintomas da doença. Julie também apresentava alguns sintomas de COVID-19, mas por serem leves, ela conseguia desempenhar os cuidados da casa e das familiares.

A reportagem é gravada por meio de um “diário” registrado por Julie em forma de pequenos vídeos em seu celular. Ela relata como estão se organizando e como está sendo a dinâmica da casa, onde cada uma está isolada, em cômodos diferentes. Julie limpa a casa todos os dias e prepara todas as refeições que são servidas para a irmã e para a mãe. A irmã de Julie, Cláudia, também grava vídeos da sua experiência com a doença. A equipe de funcionários dos prédios, vizinhos e amigos as auxiliam nesse momento para facilitar o isolamento. No meio da reportagem Julie recebe o laudo de que ela e a mãe também estão

¹³ <https://www.youtube.com/watch?v=VqzUaRowjnw&t=1s>

com COVID-19. Já no final da reportagem, o repórter media uma videochamada entre Julie e o marido.

O vídeo 05 tem como título *Mulheres desempregadas lutam contra a fome*¹⁴, do canal Brasil de Fato. A primeira mulher entrevistada é Dilza, uma diarista de 56 anos que relata que foi demitida de três casas por conta do isolamento social. A segunda entrevistada é Beatriz, de 48 anos, vendedora autônoma. A mulher falou sobre como foi assustador o início da pandemia, que a impediu de trabalhar. O vídeo apresenta que o Auxílio Emergencial não era uma realidade para quem vive nas periferias brasileiras, sendo as mulheres as mais afetadas, por conta do histórico de ocuparem empregos informais e precários e por serem as maiores provedoras dos lares. Em seguida, uma líder comunitária do Grajaú, Nani, relata que, naquela comunidade, a população já vinha enfrentando o aumento da pobreza de forma acelerada e que, com a crise do coronavírus, isso se acentuou, já que as mulheres não podem sair para trabalhar.

A líder comunitária se preocupa que, nesses momentos, as mulheres da comunidade possam estar em isolamento passando fome, além de muitas mulheres terem filhos para sustentar ainda. Dilza conta que os moradores da comunidade estão recebendo cestas básicas, o que já ajuda no enfrentamento desse momento. O vídeo apresenta, ainda, um dado do Instituto Data Favela em que um a cada três moradores de favelas no Brasil terão dificuldade em comprar alimentos durante o período da pandemia.

A quarta mulher a ser entrevistada é a coordenadora da União de Movimentos de Moradia, Graça. Ela relata que os grandes meios de comunicação dão atenção “às coisas” quando ocorrem no centro da cidade e que o governo olha de maneira mais atenta para os

¹⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=tKtlzCEQfhk>

grandes centros. Ela conta que a periferia fica na margem, escondida, e ninguém vê. Segundo ela, seriam necessárias 15 mil cestas básicas para dar conta de todas as famílias atendidas pelos coletivos em prol de moradia para que ninguém passe fome. No fim, Beatriz denuncia que o auxílio emergencial deveria estar o mais rápido possível na conta dos brasileiros, justamente por ser emergencial.

O último vídeo se chama *A realidade de moradores de comunidade na luta contra o coronavírus*¹⁵ (Vídeo 06), do canal Domingo Espetacular. O vídeo se inicia no bairro Cidade de Deus, do Rio de Janeiro. Uma mulher conta que lá é muito sujo, tornando difícil manter as práticas de higiene, e que muita gente não tem dinheiro para comprar um sabonete. Outra mulher relata a falta de água. A repórter conta que o primeiro caso de COVID-19 dentro de uma comunidade ocorreu na Cidade de Deus. Moradores narram como foi lidar com o início da pandemia de COVID-19 e como isso impactou a vida de todos. Alguns moradores relatam que dependem de ajuda de outras pessoas para se sustentarem nesse momento.

Em seguida Deise é entrevistada: mãe de seis filhos, relata que seu maior medo é arriscar a vida deles. Duas mulheres falam sobre a precariedade da água, que muitas vezes sai suja das torneiras, turva. Um infectologista é entrevistado e expõe que em condições precárias, a propagação do vírus pode ser mais rápida, como quando não há fornecimento de água, por exemplo. Depois, a repórter entrevista um grupo que se mobilizou para arrecadar e distribuir produtos de higiene e limpeza para a comunidade. A reportagem mostra a mobilização da comunidade para conscientizar e ajudar os moradores da comunidade a passarem por esse momento de crise. Em seguida, a reportagem apresenta o Complexo do Alemão e a Rocinha, filmando as ruas e mostrando como os moradores estão passando por esse momento: também sem água, e com a ajuda de coletivos para distribuir produtos de higiene. Por fim, é mostrado Paraisópolis, comunidade de São Paulo. Nessa comunidade

¹⁵ https://www.youtube.com/watch?v=c5eDqJw_QtM

também existe a reclamação da falta de água presente nesse momento e o desemprego dos moradores diante da crise sanitária. É apresentada uma ação realizada pela Igreja Universal, que distribui marmitas e produtos de limpeza para a população. Outro aspecto apresentado em todas as comunidades é o espaço pequeno das casas, o que torna mais difícil o isolamento social.

Diante dos vídeos, a discussão do trabalho foi dividida em dois eixos de discussão: a feminização do cuidado no espaço doméstico e a feminização do cuidado na área da saúde. Essa escolha foi feita pois esses são os dois principais cenários ocupados pelas mulheres apresentadas nos vídeos. A feminização do cuidado se apresenta no espaço doméstico e nas instituições de saúde de diversas maneiras, e isso será discutido ao longo do texto.

Na parte II pretendemos apresentar os conceitos que irão fundamentar nossa discussão ao longo do trabalho. O primeiro capítulo da segunda parte irá apresentar o conceito de cuidado. Uma vez que o percebemos como um elemento central na vivência da mulher, consideramos importante retomarmos o conceito e contextualizá-lo, pois isso nos auxiliará a compreender a feminização do cuidado. No segundo capítulo da segunda parte iremos apresentar o pensamento de Simone de Beauvoir e seu conceito de situação. Do ponto de vista fenomenológico, pensar a consciência e o mundo como indissociáveis nos auxiliou a pensar a vivência das mulheres durante a pandemia de COVID-19, uma vez que, como ser corporificado no mundo e indissociável dele, devemos entender a nossa existência como existência em situação. Merleau-Ponty e Sartre também foram autores fenomenológicos que pensaram a questão da situação, entretanto, a compreensão e discussão propostas por Beauvoir nos auxilia de maneira mais adequada a pensar a situação das mulheres na sociedade em que vivemos.

PARTE II

CUIDADO

O cuidado é uma prática de suma importância para a existência humana. Ao longo de toda nossa vida, nós demandamos cuidados, em algumas fases mais, como na infância e na velhice, e em alguns momentos menos. Mesmo na fase adulta, necessitamos de cuidados em níveis diferentes e de acordo com as nossas particularidades, como condições físicas, estados de saúde e até condições sociais (Flávia Biroli, 2015). De acordo com Rachel Passos (2020), “cuidado é uma necessidade ontológica do ser social” (p. 118), entretanto, na forma que a sociedade foi se organizando, o cuidado passou a ser vinculado à mulher, tornando-se privado e invisível.

De acordo com Biroli (2015), “não é possível suspender a dependência do cuidado de outros, embora esse fato possa ser significado e organizado de formas profundamente diferentes” (p. 81). Ou seja, apesar de o cuidado ser algo indissociável da vida humana, ele pode ter diferentes faces, diferentes formas de se mostrar, de se organizar e de se executar. Biroli (2015) indica que “o cuidado envolve, além disso, relações interpessoais, independentemente de ser realizado por pessoas com quem se tem laços anteriores ou afetivos” (p. 81) e pontua o aspecto político e social que o cuidado tem na nossa sociedade, argumentando que:

A configuração das relações de cuidado é, como argumento aqui, determinante das possibilidades de acesso a recursos e à participação política. É, também, um fator na organização das relações afetivas e de solidariedade. Em seus padrões atuais, o cuidado privatizado e mercantilizado contribui para a reprodução de desigualdades e injustiças. (p. 82)

O cuidado que estamos falando aqui é também o cuidado desempenhado no cuidado doméstico. Ou seja, trata-se de uma atividade reprodutiva que é ou não remunerada, que não necessita especificamente de um vínculo afetivo, que são realizadas para outras pessoas e visam o bem-estar geral (Cíntia Engel & Bruna Pereira, 2015). Dessa forma, podemos pensar que a forma como o cuidado é organizado e dividido na atualidade foi construído socialmente. Como por exemplo os agentes de cuidados, quais sujeitos que “merecem” o cuidado e as formas de cuidar, foram sendo naturalizados de acordo com as estruturas sociais da contemporaneidade. Entretanto, é de suma importância que isso seja problematizado, pois os moldes como isso está delineado na contemporaneidade é perpassado pelas estruturas sociais vigentes, como o machismo, o patriarcado e as desigualdades de classes. Desse modo, “apesar de o trabalho doméstico ser de responsabilidade de todos os moradores do lar, é necessário ressaltar que no Brasil essas atividades historicamente são desempenhadas majoritariamente por mulheres” (Aline Costa, 2021, p. 658).

Ou seja, diante do patriarcado, a mulher é vista como principal agente do cuidado de modo que a divisão do cuidado é permeada pela desigualdade de gênero. O tempo que as mulheres dedicam ao cuidado influenciam nas suas vidas de diversas formas, como por exemplo, no aumento da desigualdade no mundo do trabalho entre homens e mulheres (Maria Raquel Pires et al., 2016). Sobre isso, Passos (2020) sublinha que:

Problematizarmos o cuidado exige o questionamento sobre as relações sociais e a sociabilidade burguesa que está assentada no racismo, no patriarcado e na desigualdade de classe. Na perspectiva da ética do cuidado, o cuidado deve ser repartido por todos e não pode estar restrito às mulheres ou às famílias. (p. 117)

Nesse mesmo sentido, as problematizações sobre o cuidado vão para além das relações sociais presentes, mas também no próprio significado de cuidado. Apesar de o

cuidado estar presente no mundo do trabalho, muitas vezes ele é compreendido como amor, despolitizando sua compreensão. De acordo com Pires et al. (2016):

Alguns conceitos de cuidado seriam problemáticos por encobrirem profundas iniquidades geradas pela exploração mercantil da atividade do cuidar, às custas da sua privatização e do distanciamento das discussões políticas. Uma dessas concepções é aquela que acentua a dualidade entre quem oferta e quem recebe cuidado, inerente às concepções de *care*, que tendem a anular as relações de poder constitutivas da subjetividade. Outra concepção limitante é o cuidar visto como *trabalho do amor*, realizado às custas da mais valia do trabalho emocional de mulheres, imigrantes e negras, em geral. (p. 1225)

Ao falarmos da questão racial, perpassando a divisão do cuidado, estamos falando sobre a “terceirização” do cuidado. Uma vez que as mulheres passaram a integrar o mercado de trabalho, aquelas que possuem condições financeiras terceirizam o cuidado para outras mulheres, que geralmente são pobres e negras. De acordo com Costa (2021), o trabalho doméstico é majoritariamente executado por “mulheres negras, pobres, com baixa escolaridade e com altos índices de informalidade” (p. 658). Podemos entender que as mulheres racializadas ocupam um lugar muito específico na lógica da divisão do cuidado, um lugar de sobrecarga e exploração ainda maior, “no caso do Brasil, a delegação de tarefas entre mulheres remonta aos primórdios de nossa constituição histórica. Mulheres negras e indígenas foram e têm sido demandadas como mão de obra escrava ou precarizada na realização das funções domésticas” (Engel & Pereira, 2015, p. 9).

Engel e Pereira (2015) apontam que “mulheres de todas as classes sociais são sobrecarregadas pela responsabilidade do cuidado e das atividades básicas de reprodução social” (p. 8). Entretanto, as mulheres pobres são as que ocupam as atividades de cuidado no âmbito profissional. As autoras enfatizam que isso pode levá-las a limitar suas escolhas de

atividade profissional e “investindo-se em repetidos turnos sob os mesmos afazeres para dar conta da casa onde recebem salário e de suas próprias residências” (Engel & Pereira, 2015, p. 8).

Nesse sentido, o tempo que as mulheres dedicam ao serviço doméstico e cuidados varia de acordo com a classe social, sendo que mulheres com maior poder aquisitivo dedicam menos tempo a essas atividades. Quando falamos dos homens, o tempo dedicado ao cuidado e atividades domésticas é baixo, independente da classe social, e “a pouca dedicação de tempo não pago pelos homens contribui para a mercantilização do cuidado, o qual, por sua vez, assume um claro perfil de gênero” (Bila Sorj, 2014, p. 126).

A forma como o cuidado é praticado na atualidade é marcado por hierarquias e poder. A prática do cuidado, apesar de fundamental para a existência humana, é desvalorizada, quando não invisibilizada, tanto no âmbito profissional quanto no âmbito pessoal. Os cuidados com a casa, por exemplo, são realizados diariamente, geralmente por mulheres, mas socialmente não é considerado um trabalho ou uma ocupação. Já quando pensamos em pessoas que são contratadas para praticar o cuidado, vemos empregos que são marcados por precarização, informalidade, baixa remuneração e vulnerabilidade. Como exemplo, podemos citar as trabalhadoras domésticas, babás, cuidadoras de idosos, professoras do Ensino Infantil, dentre outras. Pires et al. (2016) pontuam que é importante compreendermos como o cuidado se constitui na sociedade em que vivemos. As autoras destacam que:

A inclusão das relações de poder como constitutivas do cuidar, assim como o aspecto complexo das redes hierárquicas nos âmbitos privado e público, coincidem com a tensão entre as formas de interação e de rupturas presentes na politicidade do cuidado. As desigualdades sociais advindas da não observância entre a ajuda e o poder, na sua vertente reprodutora de assimetrias de poder da politicidade do cuidado. (Pires et al., 2016, p. 1225)

Diante disso, podemos pensar na feminização do cuidado. A feminização do cuidado trata-se da atribuição da mulher como cuidadora, de modo que são vistas como se tivessem atributos naturais, essenciais que as destinam a cuidar. Esse discurso é extremamente ligado à capacidade do corpo da mulher de gerar filhos, uma vez que a imagem materna foi associada ao cuidado – e a mulher associada quase que exclusivamente ao papel de mãe no seio da sociedade. De acordo com Lais Silva (2019), “a mistificação que atribui o cuidado doméstico à capacidade da mulher de gerar filhos está ligada ao mito do amor materno” (p. 5).

Dessa forma, compreender a mulher como uma existência mais sensível, mais amorosa, mais cuidadosa, constitui o mito de que as mulheres são naturalmente seres-que-cuidam. Nessa lógica, é como se toda atividade de cuidado fosse intimamente ligada ao amor, ao carinho, sendo que isso não é bem realidade, uma vez que não são raros os casos de trabalhadoras domésticas, trabalhadoras do cuidado, que são submetidas a situações de precarização de trabalho, vulnerabilidade social e exploração, e existem casos que são submetidas até à escravidão, mesmo no século XXI. Isso é um forte argumento contra a lógica de que a prática do cuidado é ligada ao amor. O cuidado foi capitalizado de modo que é visto como uma atividade desvalorizada, mas essencial para a existência humana. Diante do exposto, podemos compreender o conceito de cuidado e como sua feminização se atrela à experiência feminina. A seguir, discutiremos o pensamento de Simone de Beauvoir e o seu conceito de situação.

SIMONE DE BEAUVOIR E A SITUAÇÃO

O presente capítulo possui como objetivo apresentar o pensamento da filósofa fenomenóloga francesa Simone de Beauvoir (1908-1986). Iremos discutir o seu conceito de situação e, para isso, iremos abordar o conceito de liberdade e transcendência da autora, além de entendermos o que é a liberdade situada e o corpo situado.

Beauvoir (1967) contribui muito para a fenomenologia ao olhar para a vivência e situação da mulher, uma vez que muitos filósofos entendiam o sujeito, o “eu” como neutro, o que “carrega em seu interior uma concepção equivocada da experiência situada (isto é, corporal em sentido fenomenológico) da mulher, muitas vezes podendo inclusive ser misógina” (p. 18). As obras de Simone de Beauvoir são marcadas pela presença da situação desde o início, além de estar presente em seus escritos privados (Heci Candiani, 2018). O pensamento beavouiriano defende que não existem experiências universais, entretanto algumas experiências se repetem dependendo da situação imposta para certos grupos de pessoas, pois “(...) o sujeito encontra-se sempre em situação e assim deve ser compreendido” (Candiani, 2018, p. 16). Dessa forma, Beauvoir defende que toda existência e liberdade é situada.

Para falarmos sobre situação, é importante entendermos o conceito de liberdade para a autora. Lima (2020) pontua que a liberdade, para Beauvoir, “é condição constitutiva do ser humano, isto é, nascemos livres, bem como, em seu sentido concreto, a liberdade é realizada no mundo” (pp. 8-9). Acrescenta, ainda, que “a liberdade beauvoiriana como ação de afirmação da vontade em direção a um futuro aberto, sendo, portanto, transcendência” (p. 10). Em outras palavras, a liberdade está presente na existência, como uma condição existencial.

Beauvoir utiliza a liberdade existencialista “para desenvolver o entendimento de que a existência feminina se revela como imanente” (Lima, 2020, p. 9). Ou seja, podemos

compreender que a liberdade não é só sobre agir ou direcionar-se a um caminho, mas deve ser feito em uma direção que seja intencionalmente escolhida para se transcender. Assim, “um indivíduo não pode ter a intenção de não ser livre, mas por meio de ações sem sentido justificador da existência pode não se querer livre” (Lima, 2020, p. 10). Em *Por uma moral da ambiguidade* (2005), Beauvoir sublinha que “ser livre não é ter o poder de fazer qualquer coisa; é poder superar o dado rumo a um futuro aberto” (p. 76). Ainda nessa obra, Beauvoir (2005) sublinha a importância da intencionalidade na ação de liberdade visando uma finalidade:

É preciso primeiramente observar que essa vontade se desenvolve ao longo do tempo; é ao longo do tempo que o fim é visado e que a liberdade se confirma a si própria e isso supõe que ela se realiza como unidade, através do fracionamento do tempo. (p. 28)

Ou seja, a liberdade é uma condição de existir, é o que nos afirma como sujeitos e se dá de modos diferentes para cada sujeito. Nossa liberdade existencial esbarra na liberdade de outros sujeitos e com a facticidade. De acordo com Johanson (2018), “nem de fato, nem de direito, [a liberdade é] ilimitada, e isto por uma razão também ela de caráter existencial: as outras individualidades, o mundo como existência lhe opõem resistência” (p. 247). Nessa direção, Beauvoir (1967) defende que uma vez que somos seres em situação, a liberdade é também situada. Lima (2020) sublinha que essa relação se dá:

Diferentemente de uma dicotomia entre livre-arbítrio e determinismo, na qual o primeiro confere total liberdade de escolha ao ser humano e o segundo se refere à relação de causalidade obrigatória acerca do que é escolhido, a liberdade em Beauvoir se revela em meio a essa ideia de situação. (pp. 10-11)

A situação é a tensão entre a facticidade e a liberdade de cada sujeito, constituída por estruturas sociais e a subjetividade. Lembrando que, para Beauvoir, subjetividade trata-se da

ação, da agência do sujeito no mundo (Candiani, 2018). Como dito acima, as experiências de determinados grupos sociais podem ter semelhanças quando se encontram em uma mesma situação. Izilda Johanson (2018) enfatiza que a situação diz sobre:

O grau de possibilidade de interferir e, portanto, de conferir sentidos possíveis a esse mundo e à própria existência nele está diretamente relacionado, assim, ao campo de possibilidades, de condições de possibilidades de conferir autenticidade à própria subjetividade. (p. 247-248)

Lima (2020) aponta que a sociedade “impõe às crianças significações prontas” (p. 16). Quando nascemos e conforme vamos crescendo, os adultos nos impõem os significados presentes naquele momento sócio-histórico acerca das coisas, como por exemplo, o que é ser Mulher e quais atributos são desejáveis para ela ou não. Beauvoir (2005) aborda a situação da criança em *Por uma moral da ambiguidade* apontando que:

O que caracteriza a situação da criança é que ela se encontra lançada num universo que ela não contribuiu para constituir, que foi moldado sem ela e que lhe aparece como um absoluto ao qual só pode submeter-se; aos seus olhos, as invenções humanas: as palavras, os costumes, os valores são fatos dados, inelutáveis como o céu e as árvores; isso quer dizer que o mundo em que ela vive é o mundo da seriedade, uma vez que o próprio do espírito de seriedade é considerar os valores como coisas prontas. (p. 35)

Desse modo, podemos observar que a criança é livre em potência, porém não em ato. Sua presença no mundo parece ser ditada por regras pré-existentes, naturalizadas, dadas como absolutas. Beauvoir (2005) argumenta que alguns sujeitos permanecem num “mundo infantil”, mesmo depois da infância, pois “mantidos num estado de servidão e de ignorância, não possuem nenhum meio de quebrar este teto sobre suas cabeças; como a própria criança,

podem exercer sua liberdade, mas somente no seio deste universo constituído antes deles, sem eles” (p. 37).

A situação da mulher pode se aproximar da situação da criança, pois, pensando que vivemos em uma sociedade patriarcal, elas vivem sobre sentidos, significados e normas impostas por homens, como se fossem dados incontestáveis e naturais. Entretanto, Beauvoir (2005) diferencia o caso da criança e da mulher: “então descobrimos que diferença as distingue de uma verdadeira criança: à criança é imposta sua situação, ao passo que a mulher (refiro-me à mulher ocidental de hoje) a escolhe ou ao menos a consente” (p. 37). A mulher não é só livre em potência, mas também existe a possibilidade de ato. Entretanto, o patriarcado estabelece entraves para a sua ação e naturaliza suas significações sobre o ser-mulher.

Beauvoir, então, pensou a situação da mulher na sociedade. Em suas obras filosóficas e literárias, a autora discute sobre a situação da mulher em seu tempo e em sua sociedade – sociedade ocidental do século XX. Entretanto, a autora nos oferece importantes ferramentas para pensarmos a situação da mulher na atualidade e, por isso, escolhi o conceito de situação beauvoiriana para pensar a feminização do cuidado no período da pandemia de COVID-19. De acordo com Candiani (2018), a situação:

pode ser um instrumento de análise e de crítica para uma importante preocupação da teoria e da militância feminista contemporânea: a convergência de diferentes formas de opressão e a invisibilidade de alguns aspectos dos sistemas de opressão sustentados nas relações de alteridade. (p. 17)

Sendo assim, a opressão aparece presente na situação da mulher; sua liberdade não se apresenta de maneira aberta ao mundo como a dos homens. Isto é, para alguns grupos, “a não transcendência não é resultado de uma ação intencional de negação da liberdade” (Lima,

2020, p. 11), mas trata-se de entraves que esses grupos são encaminhados por estruturas sociais. De acordo com Lima (2020)

a liberdade como possibilidade é infinita, mas não radical: algumas situações podem impedir que todos a experienciem da mesma forma, aumentando ou diminuindo as possibilidades de transcendência. (p. 11)

Refletir sobre gênero e situação passa pela questão do corpo, ou melhor, do corpo situado. Beauvoir utiliza o conceito de corpo situado de Merleau-Ponty para analisar a situação da mulher no mundo, compreendendo que se trata de um corpo que não é passivo, que se situa no mundo e que não é dissociado da mente (Cristiane Moura, 2020). Podemos entender o corpo situado de Merleau-Ponty e que Beauvoir se apropria do seguinte modo:

Eu *sou* meu corpo e nós somos no mundo por meio do nosso corpo, já que não conhecemos outro mundo que não este mundo aqui e em outro corpo que não neste corpo aqui. Não é o ser que possui o corpo, mas o ser é o próprio *corpo-no-mundo*, ou *corpo situado*. Não há distinção entre ‘corpo’ e ‘mente’, pois o corpo abarca toda relação que construímos e efetuamos no mundo, podendo então ser entendido como um corpo fenomenológico ou *corpo fenomenal*; em que consciência e ‘corpo objetivo’ (no sentido anatômico) se tornam indistinguíveis, ‘formando’, por assim dizer, um só *comportamento*, um só *fenômeno*. Assim, somos sujeitos encarnados, ou seja, *situados no mundo através do corpo*. (Moura, 2020, p. 16)

No pensamento beauvoariano, a situação envolve a corporeidade situada, o sujeito situado e a liberdade situada. O corpo, nesse contexto, é submetido a condições sociais (Candiani, 2018). Na sociedade em que vivemos, a todo mundo é atribuído um sexo ao nascer e esse parece nos atribuir de gênero, “o que atravessará todas as suas experiências e sua relação como instituições sociais” (Candiani, 2018, p. 33). Podemos pensar o corpo como uma situação: “o corpo é em si uma situação, porque é atravessado por todos os demais

aspectos que constituem a situação (o social, o político, o histórico, a idade, o gênero, a classe, a nacionalidade, a subjetividade etc.)” (Candiani, 2018, p. 105). Desse modo, a experiência vivida é diferente entre homens e mulheres, e “essa distinção se dá devido a diferentes modalidades, estruturas, condições e relações que ocorrem e se desenvolvem de maneira díspar para homens e mulheres enquanto seres-no-mundo” (Moura, 2020, pp. 16-17).

Dessa forma, podemos começar a pensar a situação da mulher na sociedade. A situação não se trata, de maneira simplista, sobre o contexto social do sujeito ou de seu exterior, e nem é determinista (Candiani, 2018). A situação não é uma determinação imutável, um destino pré-definido, “se hoje a situação vivida pela mulher ocorre de determinada forma, há um mundo socio-cultural presente agora enquanto atmosfera que possibilita tal situação” (Moura, 2020, p. 17). A situação diz respeito à liberdade dos sujeitos e suas possibilidades de abertura para o mundo, no sentido de privação ou de abertura para essa liberdade, e se relaciona com a relação de poder e especificidades sociais. Podemos dizer que a liberdade coloca em questão a transcendência ilimitada de alguns grupos de pessoas; a situação é, ao mesmo tempo, tensão e ponte entre a subjetividade e as contingências. Kruks (2019), sobre a tensão entre transcendência e situação, destaca que:

A transcendência é o surgimento do para-si no mundo, mas torna-se concreto; particulariza-se nos projetos específicos de indivíduos. Quando faz isso, é claro que encontra os limites da situação do indivíduo. (p. 90)¹⁶

A situação é importante para Beauvoir, em especial quando pensamos acerca da subjetividade e da intersubjetividade. Para a autora, toda subjetividade é intersubjetividade e, dessa forma, as relações sociais e questões sociais atravessam a subjetividade dos sujeitos. De acordo com Moura (2020), Beauvoir e Merleau-Ponty, pensando na intersubjetividade e

¹⁶ Tradução nossa. Original: Transcendence is the upsurge of the for-itself in the world, but it becomes concrete; it particularizes itself in the specific projects. of individuals. When it does this, it of course encounters the limits of the situation of the individual.

compreendendo o corpo como situado, enfatizam a relação dos corpos com o mundo e pessoas, e essa relação “deriva de diferentes relações tecidas por esse corpo para e com o mundo; resultando com isso novas experiências que serão vividas. Ora, nessas circunstâncias como seria então possível pensar a intersubjetividade sem pensar o gênero?” (p. 18). Nesse sentido, Candiani (2018) pontua que, para Beauvoir, a subjetividade:

é sinônimo de ação, se constitui nas e pelas relações sociais; portanto, é sempre intersubjetividade – o social atravessa o indivíduo assim como e ao mesmo tempo em que o indivíduo integra a sociedade. (p. 80)

Ainda nesse sentido, é importante enfatizarmos as estruturas sociais presentes na sociedade, uma vez que a situação se trata de uma condição existencial atravessada pelas condições histórico-sociais. Conforme Moura (2020), tanto para Merleau-Ponty quanto para Beauvoir, “a experiência humana é culturalmente incorporada, isto é, vivida no corpo” (p. 16). A autora acrescenta que “no corpo que está imerso por um mundo da cultura, por processos históricos, sociais, ambientais, culturais, etc” (p. 16).

Desse modo, nossos corpos estão imersos em um mundo capitalista, patriarcal, racista, classista, cisheteronormativo, cristão, etc. Assim, essas estruturas atravessam a experiência vivida de todos os sujeitos, mas alguns grupos sociais são afetados negativamente e outros são beneficiados com eles. Diante dessas estruturas sociais, o sujeito vai formando sua relação consigo mesmo e com o mundo, e, sendo mulher, o patriarcado parece instituir as possibilidades de ser que a mulher pode vir-a-ser e o que se espera da mulher, podendo prejudicar a construção de seus próprios projetos.

Beauvoir (1967) enfatiza que a situação de opressão da mulher socialmente se apresenta justificada por “dados biológicos”, como se isso determinasse a existência delas, de modo que “o corpo enquanto organismo não é somente a base para a construção da ‘Mulher’ mas é historicamente reinterpretado, e essas interpretações influenciam diretamente na

situação da mulher” (Oliva, 2014, pp. 268-269). Lima (2020) argumenta que, para Beauvoir, “diante de um processo tão culturalmente incrustado, as mulheres se encontram no cerne de uma opressão cujas fontes são falsamente atribuídas à natureza” (p. 15). Além disso, Beauvoir ressalta que desde a infância, o processo de significação e relação com o mundo vai sendo ensinado de modo diferente para meninos e meninas. Assim, “ensinada a sempre querer corresponder às exigências sociais, a encapsular-se como objeto, a menina aprende a recusar a si mesma a fim de se iniciar como projeto de mulher já na infância” (Lima, 2020, p. 16). Sobre isso, Moura (2020) frisa a complexidade da ambiguidade na situação da mulher, argumentando que:

Ou seja, a mulher enquanto sujeito vivente, isto é, *ser-no-mundo*, experiencia a ambiguidade de ser, ao mesmo tempo, um sujeito, isto é, um existente com possibilidades de superar sua própria imanência rumo ao futuro aberto; e também um objeto, algo condenado à sua imanência, a quem se pede que seja Outro e, com isso, desprovido da possibilidade de superação de seus dados, isto é, desprovido de sua própria liberdade. (...) O fato de as mulheres saberem que são vistas como objetos – e não sujeitos – modificaria a própria relação que elas possuem com o mundo e com o espaço; no limite, modificaria a relação com seu próprio corpo. (p. 20)

A liberdade da mulher parece esbarrar nas estruturas sociais e esse modo de se relacionar com o mundo e com os outros vai constituindo sua situação. Dessa forma, diante do patriarcado, do racismo, etc., a mulher pode não enxergar outras possibilidades de ser para além do que se espera e se atribui da Mulher. O lugar reservado a elas é uma posição de submissão, de viver-para-o-outro, de servir, procriar, casar. É um lugar que as inferioriza as mulheres em um mundo construído por e para homens.

Desse modo, podemos compreender que todo sujeito é situado e que a situação afeta a liberdade e as possibilidades de abertura ao mundo de alguns grupos sociais. Nesse sentido, a

pandemia surge na vida de todos os sujeitos trazendo mudanças significativas nas nossas vidas e afeta fortemente a situação das mulheres. A partir de tal perspectiva, discutiremos na parte III a situação da mulher durante a pandemia de COVID-19, partindo do conceito de situação de Beauvoir. O primeiro capítulo da próxima parte visa compreender a situação da mulher no contexto pré-pandêmico, destacando a feminização do cuidado nessa situação. Já os segundo e terceiro capítulos discutirão a situação da mulher no contexto da pandemia, partindo dos vídeos descritos anteriormente no caminho metodológico (parte I).

PARTE III

A SITUAÇÃO DA MULHER: PRÉ-PANDEMIA

No presente capítulo, buscamos discutir, em diálogo com o livro *O segundo sexo, volume II* (1967) de Simone de Beauvoir, a situação da mulher no contexto pré-pandemia. Discutiremos a situação das mulheres ocidentalizadas no século XXI, antes do início da pandemia de COVID-19. Para isso, iremos passar por temas como a maternidade, o casamento, o cuidado, esse como profissão no espaço doméstico e as desigualdades de gênero e raça.

Em seu livro *O Segundo Sexo*, obra de dois volumes (1949) de Simone de Beauvoir, a autora discute a situação da mulher no Ocidente do século XX. No primeiro volume, *Fatos e Mitos*, a autora reflete sobre os fatos e mitos que se apresentam na sociedade pensando na situação da mulher. Já no segundo volume, *Experiência Vivida*, a autora discute vários aspectos presentes na situação da mulher, como infância, sexualidade, casamento, maternidade, etc. A segunda parte desse segundo volume tem como título *Situação*, e nos auxiliará na nossa discussão. Apesar de a discussão de Simone de Beauvoir ocorrer em um contexto e data específicas, a autora nos apresenta ferramentas, reflexões e fundamentos teóricos importantíssimos para pensarmos a situação da mulher na atualidade.

Considerando que vivemos em uma sociedade patriarcal e machista, as mulheres vivenciam violências, silenciamentos e opressões em diversos níveis. Existe um ideal de mulher, como se essencialmente elas fossem submissas, cuidadoras, frágeis, menos racionais, pertencessem ao espaço doméstico e mais vários adjetivos – que sempre colocam as mulheres abaixo dos homens. Para além disso, a mulher é vista como o Outro absoluto ao passo que os homens são considerados os seres absolutos, a referência de ser humano. Todo ser humano é ambíguo, ou seja, sujeito e objeto – somos sujeitos para nós e objetos para os Outros. O Outro

também é ambíguo: sujeito quando “se opõe à nossa consciência e objeto quando se submete” (Candiani, 2018, p. 31). Entretanto, em sociedades patriarcais, é como se a mulher perdesse sua característica de ser humano e parece ser reduzida (mas não determinada) ao lugar de Outro.

A categoria de Outro, de acordo com Lima (2020), é necessária para a existência humana, pois “para um indivíduo, ou uma coletividade, estabelecer-se, é necessário que pense a si mesmo como Um e, de imediato, crie a categoria do Outro, fundando uma relação sujeito-objeto” (p. 12). Mas, na relação entre os gêneros, essa relação aparece de modo diferente, uma vez que “o homem inseriu a mulher na categoria do Outro, à mulher não foi permitido fazer o mesmo movimento a fim de afirmar-se como sujeito” (Lima, 2020, p. 13).

Tendo em vista que “relações sociais suprimem a liberdade que (...) existe em potência em todos os seres humanos” (Candiani, 2018, p. 84), é de suma importância entendermos como a dinâmica de gênero ocorre para podermos desvelar a situação das mulheres. Nesse sentido, Candiani (2018) afirma que:

Seu conceito [de Beauvoir] de situação é também uma teorização sobre o modo como as circunstâncias de opressão permeiam a subjetividade de alguns indivíduos e grupos reduzindo seu potencial de agência e sobre a tessitura de diversas formas de opressão. (p. 106)

Dessa forma, a situação da mulher parece ser permeada por opressões que se apresentam como barreiras ou dificultadoras para sua liberdade e transcendência, afetando seus projetos existenciais, sua abertura para o mundo, sua construção de si – e dessa forma, a pesquisa acerca das experiências das mulheres devem se atentar a essa situação. Em convergência, Lima (2020) sublinha que:

A própria opressão, a partir do qual são conduzidas as existências individuais de cada mulher no mundo, isto é, a situação feminina é estabelecida na realidade concreta, e é a partir da subjetividade dessa que análises devem ser feitas. (p. 4)

Como já dito, pensarmos em interseccionalidade é fundamental ao pensarmos em situação e também ao pensarmos o presente trabalho. Desse modo, podemos compreender que as situações das mulheres não são iguais. Para além da estrutura patriarcal, vivemos em uma sociedade capitalista, racista, colonial e cisheteronormativa. Sendo que essas estruturas oprimem e são formas de poder, desvelam-nos que a situação de mulheres negras, de mulheres pobres, de mulheres do sul do globo, de mulheres não heterossexuais, e etc, é diferente da situação das mulheres brancas, ricas, heterossexuais, etc. Não estar dentro da norma estabelecida em nossa sociedade as coloca em um local de alteridade. Essas diferentes situações possibilitam abertura ou limitações para a liberdade e transcendência. Candiani (2018) descreve a:

Situação de alteridade como uma trama muito densa em que os aspectos sociais, políticos, históricos, o corpo, a subjetividade, estão entremeados como fios, sustentando uns aos outros e enredando os sujeitos. As situações de privilégio representariam, assim, uma espécie de relaxamento dessa trama, com uma menor quantidade de fios, com maior espaço entre eles. Esses espaços constituem as possibilidades de ação dos sujeitos no sentido de transformar a própria situação. Nas situações de alteridade, esses espaços precisam ser produzidos a partir do esgarçamento da trama, de uma ação consciente e coletiva contra a opressão. Mas é justamente a trama da situação que impossibilita esse passo” (pp. 113-114).

Compreender desse modo como os aspectos sociais estão presentes na situação das mulheres é uma ferramenta importante para entendermos as diferentes experiências delas durante a pandemia de COVID-19 e antes mesmo dessa crise sanitária. A tessitura dos

aspectos sociais, políticos, etc., está presente tanto no caso do menino Miguel quanto no caso de Cleonice Gonçalves. Enquanto Mirtes, mãe de Miguel, teve que trabalhar mesmo durante uma pandemia, sua patroa estava fazendo as unhas – as mulheres não possuem situações iguais. Sua classe social e sua cor de pele as diferenciam de sua patroa – logo, são vistas como corpos diferentes e suas situações são diferentes. A violência presente na desigualdade de gênero, racial e de classe já era presente no contexto pré-pandemia, como discutiremos.

A situação da mulher nas sociedades ocidentalizadas impõe a elas limitações em suas liberdades, no sentido que suas possibilidades de transcendência se apresentam de maneira mais limitada. Candiani (2018) aponta que “a situação da mulher é, assim, na visão de Beauvoir, uma situação na qual convergem as múltiplas opressões que afetam as mulheres em sua pluralidade, diversidade e especificidade” (p. 128).

Um importante aspecto que devemos pensar aqui sobre a situação da mulher é como a elas foram impostos os espaços domésticos. Socialmente, as mulheres são vistas como pertencentes ao ambiente doméstico, onde poderiam desempenhar plenamente sua potência cuidando da casa, dos filhos, da família, etc. Beauvoir (1967) pontua que o “o casamento sempre se apresentou de maneira radicalmente diferente para o homem e para a mulher” (p. 166). O casamento, para a mulher, parece estar relacionado com o cuidado e com o espaço doméstico, onde elas podem, então, desempenhar o papel de cuidadoras da família e de seus lares. Beauvoir (1967) argumenta que “a mulher está voltada à perpetuação da espécie e à manutenção do lar” (p. 169). Apesar de, na atualidade, a situação da mulher ter se modificado um pouco, observamos que elas ainda são as principais responsáveis pelo cuidado da casa e da família.

Em 2018, o IBGE fez uma pesquisa que mostrou que as mulheres dedicam 21,3 horas por semana aos afazeres domésticos e cuidado de outras pessoas, enquanto os homens

dedicam 10,9 horas por semana às mesmas atividades (IBGE)¹⁷. Dessa forma, podemos observar que às mulheres, o cuidado parece ser uma obrigação, como se essa atividade fosse naturalmente sua condição. Ou seja, o cuidado da casa e dos familiares aparecem fortemente presentes na situação das mulheres. Beauvoir já apontava isso no volume II de *O segundo Sexo* (1967). Ela apresenta dados de 1947 publicados pelo jornal *Combat*:

As mulheres casadas consagram cerca de três horas e quarenta e cinco minutos ao trabalho doméstico (Casa, abastecimento, etc.), nos dias úteis, e oito horas nos dias de descanso, ou seja trinta horas por semana, o que corresponde a 3/4 de tempo de trabalho hebdomadário de uma operária ou uma empregada. (p. 207)

Esse trecho nos leva a refletir que, apesar de a vida das mulheres terem mudado desde a época de Beauvoir, sua situação ainda apresenta elementos iguais. A autora propõe a reflexão acerca da diferença da mulher trabalhadora e da mulher dona de casa – a mulher trabalhadora se sobrecarrega com o trabalho no espaço público e no espaço doméstico (Beauvoir, 1967). Outro ponto que Beauvoir apresenta é a diferença que o trabalho doméstico ocupa na vida da mulher trabalhadora e da burguesa. A autora aponta que:

O cuidado dos filhos, se numerosos, aumenta consideravelmente as fadigas da mulher: uma mãe de família pobre gasta suas forças ao longo de dias desordenados. Ao contrário, as burguesas que se fazem ajudar são quase ociosas; e o preço desses fazeres é o tédio. (Beauvoir, 1967, p. 207)

Na atualidade, essa diferença ainda é presente na situação das mulheres – ou seja, a situação de mulheres pobres e de mulheres de classe média ou ricas são diferentes. O tempo que as mulheres dedicam ao serviço doméstico e cuidados varia de acordo com a classe

¹⁷<https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas.html#:~:text=Segundo%20a%20pesquisa,%20estima-se,homens,%2080,4%.>

social, sendo que mulheres com maior poder aquisitivo dedicam menos tempo a essas atividades (Sorj, 2014).

A raça também se apresenta como um fator importante ao pensarmos em situação. Nesse sentido, bell hooks (2018) aponta que as mulheres brancas estabelecem uma relação de hierarquia com as mulheres não brancas e, nessa relação, o cuidado não parece estar presente:

Por um lado, enquanto pensadoras feministas individuais, como Carol Gilligan e outras, avisam-nos repetidas vezes que mulheres são mais cuidadosas, mais éticas, os fatos relacionados a como as mulheres se conduzem em relação a mulheres com menos poder sugere o contrário. A ética do cuidado que as mulheres demonstram em grupos étnicos ou raciais com os quais se identificam não se estende àqueles com os quais não sentem empatia ou não se identificam nem se solidarizam. Mulheres privilegiadas (a maioria, mas não todas, brancas) rapidamente investiram em uma subordinação sustentável de mulheres da classe trabalhadora e pobres. (p. 158)

Com a ampliação das possibilidades das mulheres, elas passam a ocupar, também, o mercado de trabalho. Entretanto, profissões consideradas “femininas” são profissões que são consideradas extensão do trabalho doméstico: professoras que cuidam e educam crianças, enfermeiras que cuidam das pessoas doentes com sensibilidade, trabalhadoras domésticas que cuidam da casa e famílias de outras pessoas. De acordo com Kamila Corgozinho (2015), é importante retomarmos a história para compreendermos a relação entre cuidado e mulher. A autora aponta que:

Se estudarmos a história das mulheres, podemos perceber que o cuidado, sempre um dever das mulheres na longa duração histórica, levou muitas delas a circularem noutros espaços, inclusive nos espaços públicos. Muitas dessas atividades de cuidar, em geral, consideradas femininas normalmente, não eram remuneradas nem adquiriam valorização social. (Corgozinho, 2015, p. 106)

Nesse sentido, um fenômeno aparece: a feminização do cuidado. A criação e a socialização de meninas e meninos ocorre de maneira diferente. Já na infância, a menina começa a ser ensinada que o cuidado e a responsabilidade pelo espaço doméstico é uma tarefa feminina. Beauvoir, no seu livro *Segundo Sexo – Volume II* (1967), aponta que até os três ou quatro anos não há diferença entre a socialização de meninos e meninas, porém, nos anos sucessores, a menina é conduzida ao mundo no cuidado. Observa que quem exerce o cuidado é a mãe, a mulher. Nesse sentido, Beauvoir (1967) argumenta que:

A menina constata que o cuidado das crianças cabe à mãe, é o que lhe ensinam; relatos ouvidos, livros lidos, toda a sua pequena experiência o conforma; encorajam-na a encantar-se com essas riquezas futuras, dão-lhe bonecas para que tais riquezas assumam desde logo um aspecto tangível. Sua ‘vocação’ é-lhe imperiosamente ditada. (p. 24)

Compreendendo que a subjetividade é intersubjetividade, é importante pensarmos como a potência da mulher, situada em um mundo onde elas são consideradas cuidadoras, parece estar vinculada ao espaço doméstico, e ela compreende a si mesma e vê suas possibilidades de existir. A mulher é livre em potência e pode projetar-se no mundo, porém, diante da feminização do cuidado, ela consegue ver-se para além de ser-cuidadora? Ou consegue ver-se sem estar desempenhando o cuidado?

Parece existir, na situação da mulher, uma imposição de que seu lugar é o lar e sua principal atividade é o cuidado do outro, da casa, da família e do homem. A maternidade manifesta-se na sociedade como um elemento quase central na vida da mulher, como se ter filhos fosse o objetivo de vida de todas as mulheres. A capacidade do corpo de gerar e parir não justifica essa crença popular. Beauvoir (1967) aponta que “a função reprodutora não é mais comandada pelo simples acaso biológico: é controlado pela vontade” (p. 248). Apesar

disso, o discurso sobre a maternidade como função central da mulher segue sendo perpetuado e faz parte da situação da mulher.

A maternidade e o cuidado parecem ser dois elementos fortemente ligados. Ser mãe, ou a possibilidade da mulher de ser mãe, atribui à mulher a imagem de cuidadora; a ideia de maternidade está atrelada à prática do cuidado. Por poderem ser mães, as mulheres são consideradas mais cuidadosas como se naturalmente fossem capazes de serem mais sensíveis ao outro, cuidar deles e se atentarem às necessidades dos outros. Mas, nesse processo, o desejo do outro apaga o desejo da própria mulher, que muitas vezes nem se reconhece como um sujeito com seus próprios projetos e desejos. Lima (2020) ressalta que “aquela que cresce como mulher vê-se encerrada em um mundo que parece não dispor de possibilidades” (p. 8).

Desse modo, a feminização do cuidado se relaciona à visão cultural que “essencializa” e glorifica a mulher mãe, glorifica uma figura materna que enxerga em todas as mulheres. Valoriza-se a mulher que vive para o cuidado e para o lar de modo que compreendem que dentro desse contexto, elas atingem o seu potencial máximo. Além disso, a feminização do cuidado compõe a situação da mulher, uma vez que as empurra para a prática do cuidado, podendo limitar seu ser-no-mundo, suas possibilidades de existir para além do ser-cuidadora. Diante desse fenômeno, o ser-no-mundo da mulher parece estar sempre atrelado ao cuidar do outro, podendo interferir na visão que as mulheres podem ter si, de suas possibilidade, de suas potencialidades e de seu próprio existir.

Beauvoir fala da década de 50, mas, ainda hoje, podemos observar que a situação da mulher frente à maternidade teve poucas mudanças. Apesar de ser “empurrada” para a gestação e a criação de filhos, o tornar-se mãe tem suas exigências, como por exemplo: ser casada. Não basta gerar, parir e criar – as mães solas são fortemente julgadas e marginalizadas na sociedade em que vivemos. Beauvoir (1967) denomina a maternidade solo como uma maternidade ilegítima, pontuando que “a maternidade ilegítima é ainda uma tara

tão horrível que muitas preferem o suicídio ou o infanticídio à condição da mãe solteira” (p. 253).

Além do estado civil, outras questões parecem perpassar a maternidade. A raça, classe, gênero, etc., se apresentam como elementos que impactam a maternidade e constituem a situação da mulher. Beauvoir (1967) aponta que ser mãe se apresenta diferente em diferentes classes sociais, argumentando que “a pobreza, a crise de habitação, a necessidade para a mulher de trabalhar fora de casa figuram entre as causas mais frequentes [SIC] de aborto” (p. 251). O que ela mostra de seu tempo é que as mulheres que não tinham condições materiais de ter uma gestação tranquila e criar seus filhos com dignidade, preferiam se submeter à prática de abortos clandestinos perigosos a ter filhos. Dessa forma, podemos entender um aspecto singular na situação da mulher: apenas pelo fato de poderem engravidar, elas já correm riscos, uma vez que, frente à gravidez indesejada, preferem colocar suas vidas em risco tentando interromper a gestação malquista. Esse dado se agrava ao pensarmos nas diferenças de classe. O planejamento familiar, ou como Beauvoir (1967) chama de *birth-control*, não é acessado igualmente por todas as mulheres, sendo que “as práticas anticoncepcionais são muito mais espalhadas na burguesia” (p. 251).

Os avanços farmacológicos como, por exemplo, a produção de anticoncepcionais, foi importante para que as mulheres pudessem se "libertar", além de possibilitar se pensar a sexualidade como algo diferente da reprodução (Maria Helena Moreira & Araújo, 2004). No contexto brasileiro, nos anos de 1960, com a disponibilidade dos métodos contraceptivos, o movimento feminista teve um importante papel ao questionar e lutar pela desnaturalização dos “valores, papéis e representações entranhados na cultura brasileira” (Moreira & Araújo, 2004, p. 392).

A partir de 1983, no Brasil, nascem os serviços de planejamento familiar, com o PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher) (Moreira & Araújo, 2004),

possibilitando que as mulheres possam se planejar sobre o quando ou se querem ser mães ou não. Moreira e Araújo (2004), entretanto, questionam que o planejamento familiar, da forma como se dá, pode colocar a mulher como única responsável pela prevenção e planejamento da gestação. De acordo com as autoras, “a despeito da justeza dos princípios orientadores do PAISM, um ponto frágil de sua formulação é justamente a não-inclusão dos homens, particularmente nas ações relacionadas ao planejamento familiar” (p. 392).

No mesmo sentido, o direito ao aborto seguro é de poucas mulheres, as que podem pagar, enquanto as que não podem se submetem a clínicas clandestinas e métodos menos seguros. Posto isso, a maternidade se apresenta quase como um imperativo para a maioria das mulheres na sociedade, entretanto, deve ocorrer dentro de certos moldes. O desejo de engravidar e uma gestação planejada, tal qual a interrupção de uma gestação indesejada, não é um direito de todas as mulheres, o que leva a práticas que colocam a vida das mulheres em risco ou a uma maternidade forçada.

O imperativo de que toda mulher deve ser mãe aparece como se a maternidade justificasse a existência da mulher (Beauvoir, 1967). A mulher, não sendo o sujeito absoluto, sendo o Outro do homem, não parece ter sua existência justificada por si só, e a maternidade entra então nesse jogo como forma de legitimá-la. Através disso, vemos inúmeros discursos que romantizam a maternidade e colocam a mãe como “ser sagrada”, de modo que se compreende que a potência da mulher se encerra na maternidade, como também se encerra no ambiente doméstico. Ou seja, todos os seus outros projetos (caso a mulher os tenha) são secundários e se mostram como “luxos” que a mulher carrega enquanto não chega à máxima potência de gestar.

Assim, a feminização do trabalho apresenta-se fortemente atrelada à concepção ocidental de maternidade. Muitas vezes, inclusive, remete-se ser-mãe a ser cuidadosa e cuidar dos outros estando à disposição. Não à toa vemos a frase “ser mãe é padecer no paraíso”

como algo que agrega valor à mulher. Beauvoir (1967) indica que “a alegria que a mãe pode encontrar nele [no filho] é uma alegria de generosidade; é preciso que ela se compraza em servir, em dar, em criar felicidade” (p. 280). A autora, mais à frente, sublinha “como a amorosa, a mãe encanta-se ao sentir-se necessária; é justificada pelas exigências a que atende; mas o que faz a dificuldade e a grandeza do amor materno é o fato de que não implica uma reciprocidade” (Beauvoir, 1967, p. 280).

Na atualidade, ainda se associa à mulher o cuidado com os filhos, o serviço doméstico e os cuidados com os idosos “como parte constitutiva da vida da mulher” (Clara Araújo & Celi Scalon, 2006, p. 48) e, desse modo, ocorre uma naturalização e valorização da mulher como agente cuidadora. Araújo e Scalon (2006) apontam que “(...) essa aceitação é acompanhada da permanência da valorização da domesticidade feminina, particularmente de seu aspecto maternal e, como se pode notar, isto ocorre, sobretudo, entre os homens” (pp. 48-49). Em sua pesquisa, as autoras pontuam que 92,5% dos homens e 93,6% das mulheres participantes concordam com a divisão das despesas familiares. Entretanto, 52,3% dos homens e 45% das mulheres concordam que o homem é o provedor da casa e a mulher, a cuidadora. Desse modo, o resultado desse estudo apresenta que, na visão dos participantes, é desejável que a mulher ocupe o espaço público trabalhando e que contribua financeiramente com as despesas familiares, ao mesmo tempo em que seu papel de cuidadora e responsável pelos serviços domésticos se mantém.

As mães são consideradas as principais cuidadoras dos filhos para além das demandas fisiológicas – como amamentação e gestação. De acordo com Araújo e Scalon (2006), os cuidados com crianças menores de 10 anos são responsabilidade principalmente da mãe, seguida dos avós – e mães solas dependem ainda mais da ajuda dos avós para o cuidado dos filhos. Elas cuidam da alimentação, higiene, lazer, atividades escolares dos filhos, enquanto

os pais aparecem um pouco mais presentes nos momentos de brincadeira dos filhos. Além disso:

Nos estratos sociais mais privilegiados – tal como sempre ocorreu em fases históricas anteriores tarefas domésticas e de cuidado das crianças são compartilhados com babás, outros membros da família ou educadoras de creche – em todos os casos, tipicamente – mulheres. (Ana Maria Carvalho et al., 2008, p. 434)

Nesse mesmo sentido, Beauvoir (1967) alega que a criação dos filhos é vista como um serviço da mulher, de modo que se aproxima do que seria um serviço doméstico. O cuidado aparece como trabalho da mulher, mas sem ganhar o título digno que o trabalho “formal” apresenta para o homem. O filho, então, é compreendido como uma obra dela e ela quem é cobrada desse resultado, como vemos no trecho a seguir

Agora a sociedade, o marido, a mãe e seu próprio orgulho exigem que preste contas daquela pequena vida estranha como se fosse obra sua: o marido em particular irrita-se com os defeitos do filho como se irritaria com um mau jantar ou com a má conduta da mulher. (Beauvoir, 1967, p. 283)

Luciana Santos e Glaucia Diniz (2018) investigaram aspectos da saúde mental de mulheres donas de casa. Entrevistaram 10 mulheres e constataram que as práticas de cuidado e atividades que desempenham no ambiente doméstico são invisibilizadas, não são valorizadas – ao contrário do que a crença popular prega, uma vez que, no discurso, a mulher que desempenha seu papel de cuidadora doméstica é uma “mulher de valor”. As autoras enfatizam que:

Na perspectiva da Fenomenologia, o mundo que nos circunda (*Umwelt*) é um elemento fundamental para nos ajudar a entender a construção da subjetividade. A casa das donas de casa é o espaço que as auxilia nessa produção. Logo, a falta de reconhecimento social pode, também, afetar o juízo que as donas de casa têm sobre si

e gerar a sensação de que não só o seu trabalho e o espaço doméstico que ocupam, mas elas próprias são ignoradas e desvalorizadas. Ou seja, se o espaço é invisível, quem o ocupa passa a ser invisível. Torna-se possível compreender que a desvalorização do trabalho doméstico e dos papéis assumidos compromete a percepção que as donas de casa têm de si devido a essa relação com o meio – constituída também na relação com os outros. (Santos & Diniz, 2018, pp. 44-45)

As mulheres que ocupam principalmente o espaço doméstico tendem a desconsiderar suas necessidades e desejos, o que pode “desdobrar-se, muitas vezes, em um processo de inautenticidade do ser, de incongruência existenciais e em adoecimentos físicos e psíquicos” (Santos e Diniz, 2018, p. 51). O desejo dos seus filhos e marido aparecem como prioridade em sua existência; servir, então, torna-se seu principal objetivo. A liberdade de mulheres que têm suas existências limitadas ao espaço doméstico é cerceada, o que “restringe suas possibilidades de existência, de ser-no-mundo” (Santos e Diniz, 2018, p. 53). Ou seja, as implicações dessa realidade não se apresentam apenas por meio de quadros psicopatológicos, mas também ocorre o aprisionamento das possibilidades de ser. Nessa perspectiva, Beauvoir (1967) declara que “a mulher encerrada no lar não pode fundar ela própria sua existência; não tem os meios de se afirmar em sua singularidade e esta, por conseguinte, não lhe é reconhecida” (p. 294).

Essa situação pode implicar em sentimentos de isolamento, solidão, invisibilidade, falta de autonomia, dentre outros. Eles estão presentes na experiência da mulher dona de casa, a qual vive em função dos membros da sua família (Santos & Diniz, 2018). Nesse sentido, Santos e Diniz (2018) constata em sua pesquisa que:

A forma de viver no mundo como ser para o outro leva mulheres donas de casa a desejarem *não ser* – desejo esse que se manifesta na depressão, na ideação suicida, no desejo de morte. É necessário, por tanto, ‘pôr lupas’ no sentimento de abandono e

solidão que as mulheres donas de casa participantes desta pesquisa apresentaram. Seus depoimentos deixaram claras as constantes sensações de ‘vidas interrompidas’, de abnegação, de terem ‘aberto mão’ das próprias vidas para cuidar de outras pessoas que, segundo elas, não reconhecem seus esforços e valor. Nesse contexto, sentem-se ‘largadas’ e passam a questionar as escolhas que fizeram, sentem-se com frequência angustiadas e, ao se darem conta da temporalidade de sua existência, acabam não vendo muito sentido para os dias vindouros. (p. 54)

Beauvoir (1967) aponta que a mulher se orgulha dessa posição de serventia aos filhos; exercer a maternidade “ideal” parece surgir como seu projeto existencial, entretanto, corre o risco de tentar exercer sua liberdade através da liberdade de seus filhos. Nesse sentido, nas palavras de Beauvoir (1967):

Muitas vezes também a mulher não renuncia a uma recompensa pelos cuidados que deu à criança; modela através dela um ser imaginário que a reconhecerá com gratidão como uma mãe admirável e em quem esta se reconhecerá. (p. 281)

Destarte, a facticidade presente no corpo da mulher, ou seja, um corpo capaz de reproduzir a vida, pressiona a mulher à maternidade, mesmo existindo ferramentas que permitem que as mulheres possam planejar sua gestação no momento adequado ou que elas não tenham filhos caso seja seu desejo. Aqui vemos a tensão entre a facticidade e a subjetividade. Compreender que a existência da mulher só seria justificada a partir da maternidade é uma forma de limitar suas possibilidades de existir e, desse modo, “encerrar a mulher na maternidade seria perpetuar essa situação” (Beauvoir, 1967, p. 292). A maternidade, por sua vez, implica no cuidado.

Na contemporaneidade, a mulher tem maior acesso ao mercado de trabalho, porém seus salários são inferiores aos dos homens e a taxa de desemprego é maior entre elas. Ocupam, majoritariamente, trabalhos como prestadoras de serviço, destacando-se o ensino

(Carvalho et al., 2008). A divisão sexual do trabalho fez com que existam empregos associados ao feminino e, em sua maioria, são empregos relacionados ao cuidado, como por exemplo enfermagem e docência no Ensino Infantil, Fundamental e Médio. No que tange a mulheres educadoras, esse papel é visto como uma “continuação” do trabalho doméstico (Carvalho et al., 2008). Ana Cecília Bitarães e Maria Cecília Teodoro (2021) destacam sobre essa divisão sexual do trabalho que é drasticamente demarcada pela feminização do cuidado:

A exemplo de territórios femininos, temos hoje categorias, principalmente as aglutinadas dentro do trabalho dos cuidados, sendo elas as das empregadas domésticas, as diaristas, as babás, as cuidadoras (auxiliares de enfermagem), as cuidadoras (técnicas de enfermagem) e as cuidadoras (nível superior Enfermagem), devendo salientar que há diferença entre o cuidador(a) que atua como auxiliar de saúde e o que atua como prestador de serviços relacionados às atividades domésticas. (p. 110)

Corgozinho (2015) reitera que “a árdua conciliação entre as atividades domésticas e o mundo do trabalho é sempre um constante desafio. Nos dias atuais, as atividades domésticas ainda permanecem sendo predominantemente atribuídas às mulheres, estejam elas inseridas no mundo do trabalho ou não” (p. 108). Assim, podemos compreender que o cuidado e a responsabilidade são características intimamente ligadas à situação da mulher, até mesmo às mulheres que não são confinadas no espaço doméstico. Elas dedicam muito do seu tempo ao trabalho doméstico não remunerado, o qual não é valorizado socialmente. A mulher no mercado de trabalho e no espaço público não deixa de continuar sendo a principal responsável pelo espaço privado. Desse modo, tiveram um avanço relevante na inserção no mercado de trabalho, porém seguem sendo responsáveis por uma parcela desproporcional do serviço doméstico e do cuidado.

Corgozinho (2015) enfatiza que:

Embora as mulheres tenham conquistado o seu espaço no mercado de trabalho – e isso é inquestionável, principalmente porque elas têm tido mais acesso à educação – uma grande parte delas ainda não consegue remunerações equivalentes à de muitos homens. Na falta de serviços de creches e de escolas de ensino fundamental em tempo integral, normalmente, é a mulher que deixa o trabalho para ficar com a criança. Nas camadas mais empobrecidas essa ocorrência é muito comum, dada à inexpressiva cobertura de proteção social secundária. Deste modo, essa tradição inventada sugere a continuidade da experiência que acentua encargos femininos na esfera dos cuidados e desestimula/impede a chegada das mulheres aos espaços públicos. (p. 99)

Em suma, a mulher é muitas vezes sobrecarregada com a dupla jornada de trabalho: seu trabalho na esfera pública – que muitas vezes pode ser na área do cuidado – e seu trabalho não remunerado na esfera privada, que é o cuidado com a casa, com seus filhos, com os doentes e com os idosos. As mulheres com maior poder aquisitivo possuem condição de comprar aparatos tecnológicos que podem facilitar essas atividades de cuidado, assim como podem terceirizar esse cuidado para outras mulheres, geralmente mulheres pobres.

As trabalhadoras domésticas, que assim como todas as mulheres trabalhadoras, vivenciam a dupla jornada de trabalho, por sua vez, contam com a ajuda de amigas, familiares e vizinhas para as atividades de cuidado não remuneradas, como o cuidado com os filhos. Desse modo, nesses mais diversos cenários, a mulher é responsável pelos diversos níveis de cuidado. O Brasil é o país com maior número absoluto de trabalhadoras domésticas: 6,158 milhões, sendo 92% mulheres (OIT, 2016). O grande número de mulheres trabalhadoras domésticas contribui para o fenômeno do empobrecimento e para a precarização do trabalho feminino, uma vez que é uma ocupação com baixa remuneração, longas jornadas de trabalho e com alto nível de informalidade. Porém, ao mesmo tempo,

influencia fortemente a possibilidade da inserção da mulher no mercado de trabalho, como vemos, bem explicado, no trecho abaixo:

[O trabalho doméstico remunerado é] responsável, direta e indiretamente, pela inserção de expressiva parcela de mulheres no mercado de trabalho. De maneira direta, porque atrai um grande contingente de mulheres que desempenham profissionalmente o trabalho exercido sem remuneração no âmbito de casa, em tarefas ligadas aos afazeres domésticos e de cuidado dos outros. E indiretamente, na medida em que permite a outras mulheres, ao delegarem essas tarefas às trabalhadoras domésticas, participar no mercado de trabalho. Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, o trabalho doméstico é, sem dúvida, um dos recursos responsáveis pela forte expansão do emprego de mulheres de classe média nas últimas décadas. (Sorj, 2014, p. 124)

Desse modo, a possibilidade de a mulher terceirizar as atividades de cuidado do âmbito doméstico para outras mulheres permite que ela possa estar no mercado de trabalho. Aqui, ao falarmos de trabalhadoras domésticas, também incluímos as babás, quem desempenha o papel de cuidado dos filhos de suas patroas. Sorj (2014) acrescenta ainda que:

Para se entender o lugar estratégico que o trabalho doméstico assume no país é preciso posicioná-lo em relação a outras esferas de cuidado, como a repartição das tarefas domésticas entre homens e mulheres na família e as provisões públicas de educação infantil. (p. 125)

Ao passo que o trabalho doméstico remunerado traz fortes implicações para as mulheres, tanto empregadoras quanto empregadas, isso também se relaciona com a naturalização da mulher no papel de cuidadora e também com a desigualdade social. Biroli (2015) pontua:

Chamo a atenção, mais uma vez, para o fato de que embora o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e a alternativa da domesticidade não tenham se definido de forma homogênea, a domesticidade tem tido função ideológica de sucesso: a naturalização da responsabilização prioritária das mulheres pelo trabalho doméstico e pelo cuidado dos familiares, especialmente das crianças. (p. 92)

A presença de idosos ou pessoas doentes na família também acarreta em mais responsabilidade para a mulher, uma vez que ela é quem fica responsável pelos cuidados dessas pessoas. Em um estudo realizado por Araújo et al. (2013), que objetivava descrever o perfil de cuidadores de idosos em uma cidade do Pará, apresentou que 80,7% dos entrevistados que eram responsáveis pelo cuidado dos idosos de suas famílias eram mulheres.

Em suma, compreende-se que a liberdade existencial é sobre transcender, através de seus próprios projetos existenciais, e mover-se ao futuro de modo intencional, de acordo com o que faz sentido para cada sujeito. Pensando que a estrutura do patriarcado, do racismo e do capitalismo permeiam nossas vidas, mostrando-se como contingências, podem restringir nossos movimentos de transcendência – enquanto restringe de uns, privilegia de outros.

A feminização do cuidado apresentado no tempo de Beauvoir se mostra presente ainda hoje. Podemos então compreender que o ser-mulher é atravessado por certas “imposições”, de modo que, muitas vezes, elas não conseguem vislumbrar seu futuro sem ser atravessado pelo ser-cuidadora; sua relação com o mundo, o seu ser-no-mundo parece ser definido ao nascer, só por nascer “fêmea humana”. Pensar num futuro definido, “fechado”, limitado, é pensar na limitação transcendental que a mulher pode encontrar para realizar-se no mundo.

Diante do exposto, pode-se observar que o cuidado está presente na vida das mulheres e compõe sua situação em diversos níveis: em sua vida doméstica, no trabalho, na maternidade. Vimos que, mesmo dizendo sobre a década de 50, a pesquisa de Beauvoir

apresenta fortes elementos da atualidade e sua compreensão de situação nos auxilia a desvelar a experiência vivida das mulheres. Nesse sentido, os próximos dois capítulos irão discutir dois aspectos da situação das mulheres durante a pandemia de COVID-19, e esses aspectos são: o cuidado no espaço doméstico e o cuidado no espaço de trabalho.

A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO NO ESPAÇO DOMÉSTICO: UMA REALIDADE ACENTUADA DURANTE A PANDEMIA

O presente capítulo tem como objetivo discutir a feminização do cuidado no espaço doméstico durante a pandemia de COVID-19, refletindo sobre como esse fenômeno foi acentuado durante esse período. A pandemia trouxe fortes impactos para a sociedade e o funcionamento de instituições educacionais, sociais e de saúde foram fortemente prejudicados, afetando a organização de várias famílias. Com a crise sanitária, os sistemas de saúde, tanto público, quanto privado, foram sobrecarregados; as escolas e creches fecharam, e os centros de assistência social tiveram seus funcionamentos modificados.

A feminização do cuidado, como vimos, é a crença de que as mulheres possuem atributos naturais ou essenciais que as capacitam para a prática de cuidado de modo que se compreende que elas o executam de forma mais espontânea e com maior excelência do que os homens. Esse fenômeno se apresenta de maneira silenciosa e naturalizada, e propõe que as mulheres vivenciem a sobrecarga física e mental do cuidado como se fosse um destino traçado ao nascer.

Através dos vídeos e reportagens, foi possível observar que o espaço doméstico foi um espaço extremamente importante ao falarmos sobre a experiência das mulheres durante a pandemia de COVID-19 e parece ser um dos principais palcos da feminização do cuidado. Nos casos de Cleonice e de Mirtes, o espaço doméstico de seus padrões foi o local onde as tragédias ocorreram: no caso de Cleonice, onde foi contaminada pelo vírus que a levou à óbito; no caso de Mirtes, onde seu filho morreu por negligência da empregadora.

Dos seis vídeos selecionados, três apresentam mulheres no espaço doméstico e em todos elas citam a preocupação com o cuidado com os outros que está sendo executado naquele momento ou a preocupação de não poder estar executando o cuidado por conta dos limites que a pandemia de COVID-19 impôs. Até mesmo nos vídeos em que não ocorrem no

espaço doméstico, o cuidado desse ambiente é citado e elas contam que outras mulheres estão ocupando “seu lugar” de cuidado.

De acordo com Maria Andrea Loyola (2020), a pandemia “escancarou aspectos estruturais da nossa sociedade que olhávamos com a devida distância que nossos conceitos permitem” (p. 1), e um desses aspectos foi a desigualdade de gênero e, por sua vez, a feminização do cuidado. Os vídeos e notícias supracitados foram utilizados como modo de ouvir sobre a situação das mulheres nesse momento. O vídeo 04, como vimos, conta a história de Julie, que se mudou para a casa da mãe e da irmã quando, inicialmente, só a irmã havia testado positivo, mas, ao longo dos dias, Julie e sua mãe também positivaram. Julie era a que apresentava menores sintomas e, por isso, ficou como cuidadora das outras duas mulheres.

Todos os dias, a mulher cozinhava e limpava o apartamento, alimentava a mãe, fazia vitaminas e sucos, tudo para ajudar na melhora da sua família. Observa-se uma dedicação e cuidado intenso de Julie que, amorosamente, cuida de sua família. Para isso, conta com a ajuda de algumas pessoas: ela cita os funcionários do prédio, que auxiliam bastante, e uma amiga. Essa amiga é quem faz as compras de mercado e as entrega para Julie – curiosamente, a rede de apoio da mulher é outra mulher. Nesse sentido, a responsabilidade da mulher com os cuidados com o corpo e com as doenças tem sido justificada ao longo da história por elas serem consideradas mais sensíveis, empáticas, e terem maior percepção sobre o corpo, enquanto do homem espera-se insensibilidade frente a doença (Loyola, 2020). Esse discurso é extremamente perigoso, primeiro porque “essencializa” as mulheres, como se elas naturalmente fossem propensas ao cuidado do outro, como se esse fosse um destino delas. Em segundo lugar, “essencializando” as mulheres como cuidadoras, coloca-se grande parte da responsabilidade pelo cuidado nelas, e em situação de pandemia isso pode significar que

elas correm mais risco de se contaminarem com o vírus. Em encontro a isso, Passos (2020) defende que “a responsabilização [pelo cuidado] implica desvantagens” (pp. 118-119).

As mulheres, ao longo de sua vida, são guiadas até o mundo do cuidado e ser uma mulher cuidadora é visto como se o seu “destino” estivesse sendo cumprido. Podemos entender que a mulher vê sua possibilidade de ser-no-mundo como sendo cuidadora, como se sua relação com o mundo só pudesse ocorrer se ela desempenhasse o cuidado como prática rotineira de vida. Um momento como uma pandemia, em que existe uma crise sanitária, o cuidado é mais requisitado e de diversas maneiras. Deve existir o cuidado com: a higienização dos espaços, a higienização de roupas e máscaras, as pessoas contaminadas que não estão internadas, as crianças que não estão frequentando a escola, não se contaminar. O cuidado que já era presente na vida das mulheres se soma às novas exigências que uma pandemia traz.

Beauvoir (1967) aponta que nas sociedades ocidentalizadas, as mulheres parecem ter seu valor atribuído através da qualidade ou da dedicação do trabalho doméstico e do cuidado ao outro. A autora sublinha que isso pode se tornar uma preocupação tão grande que a mulher desempenha a maior parte do tempo e esforço nessas atividades. A mulher que desempenha “bem” o cuidado é a que tem valor, que merece ser denominada Mulher e, muitas vezes, o discurso popular parece dizer “a mulher de verdade é a que é cuidadora, amorosa” ou ouvimos, quando uma mulher desempenha bem uma atividade de cuidado e/ou doméstica, “já pode casar”. Uma mulher considerada “para casar” é uma mulher com valor que apresenta atitudes desejáveis para mulher e que, muito frequentemente, são atividades de cuidado.

Nesse sentido, Lima (2020) sublinha que alguns elementos presentes na situação da mulher as empurram para o cuidado, como o casamento e a maternidade, em um movimento em que elas devem abdicar de si para viver pelo outro, de modo que não se aproximam de suas próprias vontades e liberdade. Podemos compreender isso como a forma que a

feminilidade é passada e desejada socialmente. A autora relata algumas características da situação da mulher:

Através da figura da mãe, a jovem apreende a feminilidade como valor desejável ao seu sexo. Portar-se de maneira pré-definida, dentro dos limites esperados para uma mulher; cuidar de crianças e dos outros; realizar tarefas domésticas; ser preparada para o casamento e para a maternidade, ter repulsa ao próprio corpo e à menstruação; sentir que, ao contrário dos homens, ela não é seu corpo, essa são todas as características inerentes à experiência da iniciação à feminilidade. (p. 19)

No caso de Julie, ela aponta que além de cuidar da mãe e da irmã, ela ainda fica preocupada com o marido, que está em casa. A aparição do marido no vídeo me chama especialmente a atenção. Primeiro me fica a dúvida: por que uma amiga da Julie quem faz as compras e entrega para ela, e não ele? Mesmo sobrecarregada com o cuidado de sua família, sua preocupação em cuidar do marido segue intensa. Em um dado momento da reportagem, o repórter media uma videochamada entre Julie e o marido, e o repórter pergunta ao marido se a admiração dele por ela aumentou depois dessa atitude, desse ato de cuidar. O marido responde que sim, que ela é muito cuidadosa e jamais deixaria sua mãe e irmã sem cuidados. Esse trecho, em especial, me chama a atenção: a admiração do homem pela mulher aumenta conforme ela demonstra sua capacidade de desempenhar o cuidado? Os esforços e abdicção da vida da mulher em prol do cuidado parece dar a elas recompensas: ser bem vista pela sociedade e pelos homens.

Outro aspecto que devemos nos ater aqui é que: em momento algum, a mulher comenta ou demonstra preocupação com a sua própria saúde. No meio da reportagem, que é construída através de vídeos que Julie vai fazendo diariamente, chega o resultado positivo de que Julie também está contaminada. Mas em detrimento de outras pessoas, sua própria saúde não é citada como uma preocupação e muito menos como um ponto importante.

Beauvoir (1967) discute sobre o processo da mulher de sentir-se valorizada ao desempenhar o papel de cuidado doméstico, no qual desempenha o que seria sua “natureza”.

A autora sublinha que:

É pelo trabalho doméstico que a mulher realiza a apropriação de seu ‘ninho’; eis por que, mesmo quando ‘se faz ajudar’, quer pôr a mão na massa; vigiando, controlando, criticando, ela se esforça por tornar seus os resultados obtidos pelos servidores. Da administração de sua residência, tira sua justificação social; sua tarefa é também atentar para a alimentação, as roupas, e de uma maneira geral para a manutenção da sociedade familiar. Assim se realiza, ela também, como uma atividade. Mas trata-se, vamos vê-lo, de uma atividade que não a arranca de sua imanência, que não lhe permite uma afirmação singular de si própria. (p. 197)

Dessa forma, parece que ser cuidadora justifica a existência da mulher e, dedicando-se ao cuidado de maneira intensa, torna-se uma mulher de verdade, e assim contemplando essa sua atividade de cuidado tão bonita, “compensa-lhe o esforço” (Beauvoir, 1967, p. 199). Ao desempenhar o cuidado de maneira tão empenhada, a mulher busca justificar sua existência e cumprir o que é considerado seu destino, no qual ela poderia se realizar plenamente como sujeito. Ainda nesse sentido, Isis Nazareth et al. (2022) enfatizam que ser cuidadora parece ser um lugar de prestígio para as mulheres e seu valor é frequentemente ligado à maternidade.

Shirley Macêdo (2020) aponta na mesma direção, argumentando que a responsabilidade pelo cuidado e serviço doméstico ainda são considerados majoritariamente atividades femininas e pode-se ocorrer a naturalização da posição subalterna da mulher, tanto na sociedade quanto na hierarquia familiar. Essa posição de subalternidade ocorre porque, apesar de a mulher que desempenha o cuidado ser uma mulher de valor, a atividade do cuidado ainda é uma atividade desvalorizada, por ser considerada uma atividade de reprodução e não de produção, como são, geralmente, caracterizadas as atividades

masculinas. As mulheres, muitas vezes, interiorizam essas obrigações como sendo de fato exclusivamente suas, de modo que são consideradas um destino biológico, que as encaminham a se submeter à sobrecarga do trabalho doméstico, ao espaço doméstico, ao cuidado com os outros e ao seu apagamento em detrimento dos homens. Hayanne Barbosa e Irene Paiva (2020) assinalam que:

Assim sendo, desde pequenas, as crianças convivem com as relações extremamente desiguais de gênero. É comum a mãe sendo a responsável pelo cuidado e educação dos filhos, ou seja, ser responsável por ensinar como meninas e meninos devem se portar na sociedade. Em contrapartida o pai deve ser responsável pelo provimento do lar. Portanto neste padrão sociocultural às mulheres cabe o espaço privado da reprodução e aos homens o espaço público, da produção e manutenção (p. 7).

De acordo com Giulia Nogueira (2022), no Brasil, 50% das mulheres começaram a cuidar de alguém com o início da pandemia, e a raça é um elemento que interfere na quantidade de cuidado que executa. A autora sublinha:

Das mulheres responsáveis pelo cuidado direto de crianças, pessoas idosas ou com deficiência, a maioria apontou para o aumento expressivo da necessidade de monitoramento e companhia. Indígenas e amarelas foram mulheres que mais afirmaram ter aumentado ou aumentado muito a demanda por este tipo de trabalho, sendo seguidas gradativamente pelas brancas e pelas negras. (p. 87)

As mulheres que cuidam do espaço doméstico e familiar muitas vezes também têm trabalhos fora de casa. O contexto da pandemia pode levar a alguns cenários para a mulher trabalhadora: as que têm condições, passaram a trabalhar em *home office* e, nesse cenário, o espaço do trabalho e o espaço doméstico se misturam. Justamente pelo isolamento social, a casa aparece mais cheia, uma vez que todos fomos confinados (pelo menos inicialmente) ao espaço doméstico – e com a casa cheia, os trabalhos domésticos aumentam. Nessa

perspectiva, uma pesquisa realizada pela Sempreviva Organização Feminista e Gênero e Número (2020) destaca que:

São muitas as tarefas que compõem o trabalho doméstico. A pesquisa mostra que preparar ou servir alimentos, lavar louça e limpar o domicílio estão entre as tarefas que mais se intensificaram no período da pandemia. A responsabilidade pelo cuidado intensifica o ritmo do trabalho doméstico. (p. 35)

Logo, a mulher parece ter que dar conta do seu trabalho e do trabalho doméstico aumentado, além de lidar com o dado da possibilidade da morte frente a esse vírus. Nessa perspectiva, Bitarães e Teodoro (2021) complementam que:

Já as trabalhadoras que permanecem em casa, seja por terem tido a oportunidade de adaptar seus trabalhos ao teletrabalho, seja até mesmo por terem perdido suas ocupações, carregam consigo solitariamente, na maior parte das vezes, a manutenção da casa, a educação dos filhos, o trato com roupas, a alimentação de todos que coabitam com ela, dividindo espaços de trabalho e não-trabalho com tarefas domésticas, dificultando o rendimento no trabalho produtivo. (p. 112)

Outro cenário possível é que as mulheres trabalhadoras, frente a pandemia, muitas vezes em trabalhos informais, perderam seus empregos e sua subsistência aparecem ameaçadas. No vídeo 05, que aponta a realidade das mulheres que perderam seus empregos durante a pandemia de COVID-19, a maioria das mulheres entrevistadas aparecem como provedoras de casa, além de cuidadoras. Uma das mulheres que participam do vídeo aponta que a fome não espera e que as mulheres são as mais afetadas pela pandemia no que tange a insegurança alimentar. Na mesma direção, a ONU Mulheres (2020) aponta que trabalhadoras informais e/ou domésticas são especialmente afetadas pela pandemia, pois seus meios de subsistência são afetados diretamente – as trabalhadoras informais e domésticas enfrentam desafios como perda do trabalho por conta do distanciamento social.

As mulheres são maioria no trabalho informal, representando 42% do emprego feminino que, em comparação, representa apenas 20% do emprego masculino (Heidy Siqueira et al., 2020). As mulheres negras são as mais vulneráveis frente a pandemia, principalmente por ocuparem trabalhos informais, precisando expor-se ao risco de contaminação para sua subsistência e subsistência familiar, além de não terem respaldo nas leis trabalhistas (Alana Vicente et al., 2020). O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) (2020) descreve que as mulheres representam 97% das trabalhadoras domésticas remuneradas e cuidadoras remuneradas, em especial mulheres negras. A possibilidade de trabalhar em casa, respeitando o isolamento social, foi um privilégio para poucas mulheres – muitas vezes, “deixar de trabalhar seria uma sentença tão grave quanto a contaminação pelo COVID-19” (Vicente et al., 2020 p. 33).

Essa realidade aparece no caso de Cleonice Gonçalves, a primeira vítima de COVID-19, no estado do Rio de Janeiro. De acordo com Júlia Buzzi (2021), “a história de Cleonice acarreta uma reflexão profunda acerca de classe, raça, privilégios e elitismo” (pp. 23-24). Desse modo, a situação de mulheres pobres durante a pandemia aparece como especialmente vulnerável. A relação de poder nas relações de gênero, classe e raça, é um aspecto importante na situação e devemos pensar como isso é acentuado durante a pandemia de COVID-19. O papel de cuidadora se apresenta diferente a depender da classe e raça da mulher, uma vez que mulheres brancas, como vimos no vídeo 04, executam o cuidado com sua própria família, preocupada e amorosa com seus entes queridos. Já no caso de Cleonice, o cuidado era executado para outra pessoa, pela sua subsistência, e, desse modo, era necessário arriscar-se para não perder seu sustento. De acordo com Nogueira (2022):

Das [mulheres] desempregadas durante a pandemia, 58% são negras. O número, além de escancarar o aumento crescente da desigualdade nas taxas de ocupação conforme raça reflete a condição histórica no Brasil de as mulheres negras serem as mais

expostas a vulnerabilidades sociais (incluindo, mas não se resumindo ao desemprego).
(p. 87)

O vídeo 06 mostra-nos mais um caso de empregada doméstica contaminada pela empregadora. A idosa conta que a empregadora viajou duas vezes: na primeira vez, fez o teste ao retornar e deu negativo; viajou de novo e, ao voltar, contaminou a trabalhadora. O caso de Cleonice não foi um caso isolado: as mulheres empregadas domésticas se arriscam para cuidar de outras famílias, outras casas, outras pessoas, para garantir sua sobrevivência. Sendo mulheres negras a maioria no trabalho doméstico, podemos inferir que a situação de mulheres negras é mais vulnerável nesse momento, porque elas arriscam-se mais e podem se contaminar com o vírus, não podendo interromper seus trabalhos.

Os sujeitos em situação são afetados pelas formas de poder e como essas formas se inscrevem no corpo se baseiam “em especificidades produzidas socialmente (...) para produzir tipos diferentes de privilégio e de opressão, enfatizando e restringindo as possibilidades de cada existência de modos específicos” (Candiani, 2018, p. 87). Dessa forma, podemos dizer que por vivermos em uma sociedade racista, patriarcal e elitista, a situação dessas mulheres pobres e negras, a possibilidade de existir e sua liberdade aparecem afetadas, restringidas.

No vídeo 05, Dilza, umas das entrevistadas, é uma empregada doméstica que foi demitida de três casas por conta da pandemia e relata que o dinheiro lhe fará falta. Ou seja, a mulher que trabalha como empregada doméstica pode arriscar-se a continuar trabalhando com a possibilidade de contrair o vírus, como Cleonice, ou pode ser demitida/deixar de trabalhar e correr o risco de passar fome. No vídeo, as mulheres apresentam também grande preocupação com os filhos. Muitas são as únicas provedoras da casa e a renda para a subsistência da família fica ameaçada no contexto da pandemia. Outra entrevistada, Beatriz, é vendedora autônoma, ou seja, trabalhadora informal, e declara sua angústia com a falta de

garantia em continuar seu trabalho nesse cenário. Na reportagem, uma mulher denuncia que diante dessa insegurança em manter o trabalho, a renda familiar e a falta de dinheiro, “o pessoal pode começar a se matar, se não morrer do vírus vai morrer por desespero” (4 minutos e 47 segundos a 4 minutos e 52 segundos).

Essa ameaça à preservação da própria vida aparece fortemente durante essa crise sanitária e as mulheres demonstram extrema preocupação com seus filhos, aparentando, nos vídeos, serem suas cuidadoras exclusivas. No vídeo 05, de treze entrevistados, dez eram mulheres e apenas três homens. As mulheres aparecem relatando sua relação de preocupação e cuidado com familiares e filhos, enquanto um dos homens que aparece, reclama por não estar trabalhando; outro aparece panfletando e dando informações acerca do vírus e como se prevenir.

O cuidado desempenhado pelas mulheres, seja o cuidado com outras pessoas, seja o cuidado com o espaço doméstico, é um trabalho invisibilizado e não remunerado. Podemos entender que a feminização do cuidado no espaço doméstico diz respeito tanto às mulheres que cuidam de suas famílias de modo não remunerado, quanto às trabalhadoras domésticas que cuidam das famílias e das casas de outras pessoas. Desde o início, essa relação, na verdade, parece se confundir, afinal, o cuidado desempenhado pelas mulheres em seu dia-a-dia com a sua família também é um trabalho, apesar de não reconhecido como trabalho e, portanto, não remunerado.

No vídeo 03, uma das mulheres entrevistadas, Josecleide, relata ter deixado os seus três filhos aos cuidados da avó enquanto participava da missão. Enquanto isso, no vídeo 06, uma mulher entrevistada relata ter deixado seus filhos aos cuidados de sua mãe com o objetivo de protegê-los da contaminação pelo vírus, uma vez que ela não poderia se isolar absolutamente. Esses casos nos revelam que a rede de apoio das mulheres geralmente são outras mulheres. Ou seja, essa rede de apoio seria uma forma de dividir a prática do cuidado,

que, ainda, seria dividido entre as mulheres. Além disso, a monoparentalidade parece estar presente e, em muitos casos, ocorre a sobrecarga da mulher e a feminização do cuidado: elas são as únicas responsáveis pelo cuidado dos filhos e pelo sustento da casa.

Acerca da divisão de cuidado entre mulheres, 6,4% das mulheres entrevistadas pela pesquisa realizada pela *Sempreviva Organização Feminista e Gênero e Número* (2020) relataram cuidar de crianças para além dos seus filhos, sendo esse cuidado não remunerado. Sendo assim, mulheres contam com outras mulheres para cuidar de seus filhos e essa rede de apoio pode ser a família estendida, mas também de uma vinculação entre mulheres que são vizinhas (Sempreviva Organização Feminista, & Gênero e Número, 2020).

De acordo com a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN Brasil, 2022), em 2020 e 2021, 327.806 crianças não foram registradas pelo pai ao nascer. O Observatório Nacional da Família, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, publicou em 2021 um documento acerca dos arranjos familiares no Brasil¹⁸. Nesse documento é apresentado que famílias compostas por mulheres e sem filhos, sem cônjuges, representam 16,3% dos arranjos familiares e enfatizam que nesses arranjos familiares são apresentados os menores rendimentos *per capita*. Além disso, nos últimos 25 anos, o número de lares chefiados por mulheres, ou seja, que tem as mulheres como principais provedoras, triplicou.

A falta de um companheiro para dividir os cuidados com os filhos parece ser uma realidade para muitas mulheres. O número de crianças que nascem sem registro paterno é alarmante e nos escancara a sobrecarga da mulher com a feminização do cuidado. Esses dados apresentam uma face importante da feminização do cuidado: as mulheres parecem se sentir mais responsáveis pelos filhos, assumindo o cuidado deles como sendo sua responsabilidade exclusiva. Pensando no contexto da pandemia, as mulheres que são

¹⁸<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/ArranjosFamiliares.pdf>

responsáveis exclusivas pelo cuidado dos filhos e da casa vivenciam sobrecarga física e mental. A preocupação em proteger os filhos do vírus e da pobreza – já que a pandemia intensificou também a crise econômica – consome energia da mulher e sua atenção é focada nisso.

Em caso de famílias em que existe a presença do pai, com o número de atividades domésticas somada ao isolamento social, se não houver a divisão dessas atividades, o cuidado doméstico irá sobrecarregar a mulher. Sobre essa sobrecarga, Nazareth et al. (2022) enfatizam que:

as atividades domésticas precisam ser realizadas: cozinhar, limpar a casa, cuidar do filho, ajudar nas tarefas escolares, lavar roupa e organizar a rotina com horários. Se esse trabalho não for dividido entre os dois, com certeza um ficará mais sobrecarregado que o outro, e na maioria dos casos é a mulher que assume a frente de todas essas tarefas. Para além da execução de todas as atividades, é preciso fazer o planejamento, ter um tempo pra pensar na criação de estratégias para organizar o que precisa ser feito e no tempo necessário. Infelizmente todo esse trabalho acaba ficando muito invisível por trás dos bastidores familiares, gerando uma carga mental ainda mais exacerbada neste período de isolamento social. (p. 133)

Sendo assim, o cuidado não se trata só do ato em si, do fazer. O cuidado ocupa o pensar, o planejar – exige o trabalho de pensar acerca das atividades que é ainda mais invisibilizado do que o ato do cuidado. A feminização do cuidado ocupa o tempo da mulher até quando não está sendo realizado em ato: o pensar e se preocupar sobre o cuidado pode levar as mulheres à exaustão. Como no caso da Julie, que mesmo não cuidando propriamente do marido, relata estar preocupada com ele. A sobrecarga mental se acentua no período de pandemia, uma vez que os perigos e cuidados são redobrados. Nazareth et al. (2022) sublinham que:

a mulher possui a carga mental naquilo que envolve o planejamento, organização da casa e cuidado dos filhos (...). O homem até pode ter a ação de execução, mas o planejamento fica a cargo da mulher. (p. 133)

Deise, mulher entrevistada no vídeo 06, é mãe de seis filhos e relata vivenciar, nesse momento, uma grande preocupação com eles. Ainda nesse vídeo, podemos observar que as preocupações das mulheres pobres são diferentes das mulheres de classe média ou ricas. Taiane, moradora de uma comunidade do bairro Cidade de Deus, na zona oeste do Rio de Janeiro, relata que a falta de água é presente na realidade dos moradores da região. A privação de água e as casas com poucos cômodos dividida por várias pessoas deixam os moradores em situação de maior vulnerabilidade diante da pandemia. Viver em condições precárias torna a propagação do vírus ainda mais rápida, deixando os sujeitos em maior risco.

A pesquisa *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres a pandemia*, realizado pela *Sempreviva Organização Feminista e Gênero e Número*, aponta que o cuidado aparece como uma dimensão da vida das mulheres e se baseia no acúmulo de renda e privilégios presentes na nossa sociedade. A pesquisa evidencia que:

O cuidado está no centro da sustentabilidade da vida. Não há a possibilidade de discutir o mundo pós-pandemia sem levar em consideração o quanto isso se tornou evidente nesse momento de crise global, que nos fala sobre uma ‘crise do cuidado’.
(Sempreviva Organização Feminista, & Gênero e Número, 2020, p. 11)

Essa crise pode afetar em especial um grupo de mulheres específicas: as mulheres negras que vivenciam essa situação de maneira mais intensa. Enquanto 42% das mulheres relataram exercer o cuidado de outra pessoa sem ajuda, 54% delas são mulheres negras (Sempreviva Organização Feminista, & Gênero e Número, 2020). A solidão está presente na feminização do cuidado. Além disso, com o isolamento social, muitas mulheres perderam o apoio que possuíam para exercer o cuidado de outra pessoa, o que é o caso de 51% das

mulheres entrevistadas (Sempreviva Organização Feminista, & Gênero e Número, 2020). A prática do cuidado está presente em inúmeras atividades:

A atenção, disponibilidade de tempo e presença são componentes do cuidado assumidos pelas mulheres na pandemia que também iluminam essas dimensões das necessidades humanas satisfeitas pelo cuidado. Ligar e monitorar foram atividades indicadas por 63% das entrevistadas. Ir ao supermercado ou à farmácia correspondeu a 56,6% dos cuidados assumidos, e fazer companhia 26%. (As entrevistadas poderiam responder mais de uma opção). Reforçam a perspectiva ampliada da interdependência entre as pessoas, assim como a responsabilização pelo cuidado como um processo social. (Sempreviva Organização Feminista, & Gênero e Número, 2020, p. 33)

Desse modo, podemos entender que a prática do cuidado é necessária para a humanidade, pois somos seres intersubjetivos e vivemos em sociedade, que exige a contribuição de uns para os outros, exige solidariedade e sensibilidade. Entretanto, a forma como o cuidado é dividido nas sociedades ocidentalizadas se torna um problema para as mulheres.

Nesse sentido, constatamos que, ao falarmos sobre o cuidado que as mulheres desempenham no espaço doméstico, referimo-nos além dos cuidados com os filhos e marido, ao cuidado dos idosos da família. Um estudo realizado por Dalia Romero et al. (2022), onde analisam “o efeito da pandemia na carga de cuidado de idosos com dependência funcional” (p. 3), os autores apontam que, durante a pandemia de COVID-19, as mulheres sofreram maior impacto no que tange o aumento da carga de cuidado com os idosos com dependência funcional. O estudo aponta que mesmo nas famílias onde existe um cuidador contratado, “verificou-se que 24,1% das mulheres tiveram aumento do trabalho de cuidar” (Romero et al., 2022, p. 5).

Ou seja, o cuidado desempenhado pela mulher não é só vinculado aos filhos, apesar de o cuidado estar relacionado com a imagem maternal que as mulheres são atribuídas. Ouvimos uma crença popular que é importante se ter filhas mulheres para ter quem cuide de nós na velhice, o que corrobora com a ideia de que as mulheres possuem o destino de cuidadoras. Romero et al. (2022) sublinham ainda que:

As mulheres têm a maior carga de trabalho de cuidado de idosos no espaço doméstico e de forma gratuita. A histórica divisão sexual do trabalho, que associa a mulher ao espaço privado da casa e ao trabalho doméstico considerado ‘improdutivo’, se aprofundou no contexto de pandemia da COVID-19. (p. 9)

Isso demonstra o quanto a feminização do cuidado afeta diretamente a experiência vivida das mulheres e está presente na sua situação, o relacionar-se com o mundo se dá através do cuidado. Para além disso, todo esse cuidado é falsamente valorizado, pois, primeiramente, não é reconhecido como trabalho e, quando é reconhecido, possui baixa remuneração por ser desvalorizado. Os dois casos implicam em limitações para a existência das mulheres, que, por um lado demandam seu tempo em prol do outro, vivendo uma sobrecarga e cansaço, e, por outro, a feminização da pobreza, que dificulta que as mulheres possam experimentar várias possibilidades. Nesse sentido, Bitarães e Teodoro (2021) enfatizam que:

A divisão social dos cuidados romantiza as tarefas socialmente destinadas às mulheres como naturais, sob o estereótipo da mulher como a cuidadora, precursora da vida, esteio do mundo, protagonista do carinho, da caridade e do cuidado. (p. 108)

Uma vez que durante a pandemia a feminização do cuidado se intensifica, a limitação das possibilidades de existir da mulher dentro dessa situação também se intensifica. Seus próprios projetos, sua própria existência, seu próprio cuidado ficam em segundo plano frente à emergência de cuidados que uma crise sanitária salienta. Filhos, maridos, avós, tios,

contratantes aparecem em primeiro plano e seu existir aparece como existir para o outro. Uma vez que a situação diz respeito à abertura à liberdade, podemos entender que a feminização do cuidado é uma das barreiras à liberdade das mulheres. Com isso, queremos dizer que, a transcendência da mulher, diante da feminização do cuidado, pode ficar em um ciclo de cuidar. Como já vimos, a liberdade é sobre agir intencionalmente diante de algo que encontramos sentido – será que as mulheres executam o cuidado de maneira intencional? Ou o projeto de serem cuidadoras é imposto a elas?

Desse modo, podemos entender que na situação da mulher, a liberdade aparece como limitada e o cuidar aparece quase como um imperativo (mas não como determinante) para elas. É nesse sentido que devemos pensar a situação da mulher em relação a feminização do cuidado: o cuidado se posiciona na vida das mulheres de uma maneira quase impositiva e elas parecem não poder fazer o movimento de transcendência para além do cuidado. O ser-cuidadora se apresenta como um modo de ser que muitas vezes não é escolhido pela mulher como fazendo parte de seus projetos existenciais, mas impostos como se isso fosse natural à sua existência.

Como já dito, durante a pandemia de COVID-19, o governo brasileiro exerceu uma postura na contramão das orientações dos órgãos de saúde mundial e, nessa direção, deixou de exercer o cuidado com a população. A feminização do cuidado atua também no sentido de atribuir o cuidado às mulheres, retirando o dever do Estado de exercê-lo. Ou seja, se o Estado não faz, alguém está fazendo: as mulheres. Elas acabam se responsabilizando pelo cuidado que deveria ser obrigação do Estado. Bitarães e Teodoro (2021) sublinham que:

Além disso, seguindo esse fluxo, o próprio Estado é beneficiado por essa situação, já que por ela se promove a ampliação da produção pelas outras pessoas e se atribui a responsabilidade dos cuidados e manutenção da vida às mulheres, que acabam absorvendo o grande peso de serem responsáveis pelo ‘bem de todos’, objetivo que,

na verdade, seria da República, conforme Art. 3º, inciso IV da Constituição Federal.
(p. 113)

Nessa mesma direção, Engel e Pereira (2015) enfatizam que:

Nosso país não possui políticas específicas de cuidado; suas iniciativas – como creches e atendimentos domiciliares a pessoas com idade avançada –, constituem-se de ações limitadas em espaço, tempo e contingente. Além disso, funcionam como auxílios muito específicos e não como uma política constante e extensiva de cuidado.
(p. 8)

Em vista disso, pudemos observar que a feminização do cuidado já era algo presente na situação das mulheres em um contexto pré-pandemia. Com o surgimento da pandemia de COVID-19, a demanda por cuidados aumentou. Falamos de cuidado com saúde, cuidado emocional, cuidado doméstico, cuidado em todos os níveis. Diante disso, a feminização do cuidado se apresenta de maneira ainda mais intensa do que antes, no contexto doméstico, tanto para as mulheres que desempenham o cuidado para seu próprio lar e família, quanto para as mulheres que são contratadas para cuidarem de outros lares e famílias.

No caso de Cleonice, Mirtes e tantas outras mulheres, pudemos testemunhar tragédias que ocorreram em uma situação onde elas tiveram que continuar trabalhando, mesmo arriscando as próprias vidas, para manter suas subsistências. Cleonice foi vítima do vírus, Mirtes sofreu uma perda irreparável pela negligência de sua patroa – e também do Estado, que não amparou mães durante esse delicado momento. Nos vídeos, essa realidade se apresenta novamente quando uma idosa é contaminada pela patroa e outra mulher trabalhadora doméstica sofre por ter seu sustento abalado ao ser demitida.

Vimos mulheres preocupadas com o cuidado de seus filhos, se responsabilizando exclusivamente pelo cuidado deles ou contando com outras mulheres para isso. Mulheres que desempenham o cuidado com os idosos. O cuidado aparece na situação da mulher, presente

em sua vida diária, mas o cuidado delas com elas mesmas não aparece e não parece ser importante. A situação da mulher durante a pandemia pode apresentar para a mulher o cuidado como possibilidade ou como uma das possibilidades mais próprias do ser-mulher. Não se trata de uma estrutura absoluta, mas nos permite pensar nas condições que marcam a experiência da mulher. Essa condição seria que o realizar-se enquanto mulher é ser cuidadora, de modo que seu ser-no-mundo seria exclusivamente um ser-para-o-outro. Existir, então, seria existir para o outro, cuidando do outro, e outras possibilidades de ser-no-mundo seriam secundárias em sua existência. Em suma, a feminização do cuidado apresenta para a mulher uma única forma de ser, principalmente pelo cuidado ser propagado como uma forma de amor e a mulher que não privilegia o ser-cuidadora em sua existência pode sentir-se culpada por executar outros projetos de ser.

Outra obra em que Beauvoir aborda a situação da mulher é na peça *Les Bouches Inutelis* (1945). A peça foi apresentada em novembro de 1945 em Paris (Candiani, 2018). A obra aborda a história de uma cidade fictícia com o nome de Vaucelles, na França, e se ambienta no século XIV. Essa cidade estava se libertando do governo tirano do Duque de Borgonha e tornou-se um governo representativo, com 30 conselheiros e três magistrados. Um dos magistrados é Louis d'Avesnes, líder da libertação, e casado com Catherine.

O tirano Duque de Borgonha convocou sua tropa para cercar a cidade diante de sua queda e esse cerco já durava mais de um mês. Dessa forma, os alimentos da cidade estavam escassos. A história vira quando Jean-Pierre Gauthier, que havia ido para Paris buscar ajuda com rei, retorna e conta que o rei mandaria ajuda em três meses. Entretanto, os alimentos disponíveis durariam apenas seis semanas. Nesse momento, o conselho se reúne e para lidar com a escassez de alimentos, eles decidem que as bocas inúteis – que são as mulheres, crianças e homens doentes ou idosos – seriam sacrificadas, uma vez que eles não trabalham.

Quando Louis comunica a decisão para a sua mulher, ela se dá conta que naquele momento, ela não teria a classe social a seu favor. Candiani (2018) pontua que “Catherine tenta reclamar seu privilégio, mas por fim se conscientiza de que sua situação de mulher (logo, de subalterna) se sobrepõe a qualquer argumento” (p. 100). Dessa forma, as mulheres da cidade, assim como Catherine, observam o quanto são descartáveis e menos importantes aos olhos dos homens, e percebem sua situação: suas existências são menos importantes que as dos homens, além de terem seu destino decidido por eles – um conselho de 33 homens decidem o destino de todas as mulheres da cidade. Catherine, ao saber da decisão do conselho diz:

CATHERINE: Suas esposas, seus pais, seus filhos estarão mortos e Vaucelles vai viver! Não éramos sua carne e sangue? Podemos ser cortados como se corta uma mão podre?

Ela chama.

Jeanne, Clarice!

Entram Jeanne e Clarice.

Aproximem-se. Olhe para esses homens. Eles se reuniram com trinta outros homens e eles disseram: nós somos o presente e o futuro, somos a cidade inteira, só nós existimos. Decidimos que as mulheres, os velhos, as crianças de Vaucelles não passam de bocas inúteis. Eles serão expulsos da cidade amanhã e condenados a morrer de fome e frio nas valas.

Silêncio.

*Jeanne se joga nos braços de Catherine. (Beauvoir, 1945, pp. 42-43)*¹⁹

¹⁹ tradução nossa. Original: CATHERINE : Vos femmes, vos pères, vos enfants seront morts et Vaucelles vivra! N’étions-nous pas sa chair et son sang? Peut-on nous retrancher comme on coupe une main pourrie?

Elle appelle: Jeanne, Clarice!

Entrent Jeanne et Clarice.

Beauvoir (1945), nesta obra, demonstra a situação na construção das personagens e da história. O que é narrado em *Les Bouches Inutiles* se apresenta muito atual. Em um momento de crise, alguns parecem ter mais direitos à vida e à alimentação que outros. Na crise gerada pela pandemia da COVID-19, a mesma lógica foi aplicada. Muitos foram contra o isolamento social horizontal, justificando que apenas idosos e pessoas doentes (com comorbidades) morriam de COVID-19, como se essas vidas valessem menos. Parece que o argumento é pautado na mesma lógica: idosos e pessoas doentes não trabalham, não produzem, e, por conta disso, sua morte é aceitável.

No mesmo sentido, quando as crianças ainda não podiam se vacinar contra o vírus, a sociedade flexibilizou as normas de contenção ao vírus, de modo que pareciam não se importar com a contaminação e morte dessa população. As mulheres, que apresentam mais riscos físicos e emocionais diante desse cenário, não são ouvidas e não se pensam em políticas públicas de assistência a elas que vivenciam a feminização do cuidado e a feminização da pobreza de maneira ainda mais intensa nesse momento.

As bocas inúteis presentes na obra de Beauvoir (1945) também são as bocas inúteis do período da pandemia de COVID-19. Mulheres, crianças, idosos e pessoas doentes têm suas mortes justificadas, menos chocantes, e parecem que são corpos mais aceitáveis de vir à óbito. Enquanto os homens do poder decidem, através de decisões governamentais, quem morre e quem vive no contexto da pandemia. A situação que Beauvoir (1945) denuncia na década 40 do século XX é realidade ainda na década de 20 do século XXI.

Em suma, a feminização do cuidado implica no viver para o outro, em colocar as necessidades, projetos existenciais, planos dos outros à frente dos seus e está presente na

Approchez. Regardez ces hommes. Ils se sont réunis avec trente autres hommes et ils ont dit: nous sommes le présent et l'avenir, nous sommes la ville entière, nous seuls existons. Nous décidons que les femmes, les vieillards, les enfants de Vaucelles ne sont plus que des bouches inutiles. Ils seront conduits demain hors de la ville et condamnés à mourir de faim et de froid dans les fossés.

Silence.

Jeanne se jette dans les bras de Catherine.

situação das mulheres. Seu próprio movimento existencial, sua constituição como sujeito, sua abertura para o mundo é prejudicada e limitada. Sua situação a encaminha para o cuidado, como se através do ser-cuidadora ela cumprisse seu destino e esse fosse moldado por uma essência ou pela natureza.

“MUITAS VEZES QUANDO A MULHER PARTICIPA, CUIDA DAS PESSOAS COMO SE FOSSEM FILHOS”: CUIDADO COMO PROFISSÃO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

As instituições de saúde são espaços de prática de cuidado na sociedade em que vivemos. Em especial, no momento da pandemia, as instituições de saúde são espaços de protagonismo. Bitarães e Teodoro (2021) pontuam que

Hoje em contexto pandêmico, o trabalho de profissionais de saúde mostra-se de suma importância a ser valorizado. Situado em ‘território feminino’, o setor conta por ter em média 70% de mulheres, chegando a 80% em áreas como enfermagem. Vistas como anjos, caridosas, mascara-se conflitos e condições de trabalho não adequadas. (p. 111)

Através desses adjetivos, como caridosa, anjo, cuidadosa, entre outros, é como se as mulheres estivessem cumprindo uma missão quase divina e seu sofrimento diante disso valesse a pena ao serem reconhecidas e valorizadas. Podemos observar isso no vídeo 03, quando uma das profissionais de saúde relata que sua filha a denomina como super-heroína que usa jaleco e que, durante a missão, quer ser luz na vida dos pacientes; outra profissional diz que “não é qualquer um que entra” na área da saúde, que “Deus escolhe cada um para a área da saúde” (9 minutos e 34 segundos - 9 minutos e 37 segundos). Desse modo, é como se as profissionais de saúde tivessem um “dom”, fossem destinadas à essa profissão.

Julia Vieira et al. (2022) destacam que

Para profissionais do sexo feminino atuantes na área da saúde, a pandemia tem um peso maior em decorrência do papel de gênero da mulher na sociedade, levando à preocupação, exaustão física, alta carga mental e uma gama de consequências nas diferentes profissões. (p. 49)

Em um estudo realizado por Vieira et al. (2022), que apresenta dados sobre a vida dos profissionais de saúde no período da pandemia no estado de São Paulo, demonstram que apesar de maioria na área da saúde, dentre os entrevistados, apenas 19,7% das mulheres eram médicas, enquanto 56,25% dos homens eram médicos. O local que as mulheres ocupam dentro da área da saúde são os lugares de menor prestígio social, como enfermagem. Nessa direção, Bitarães e Teodoro (2021) assinalam que:

Como apontado, os trabalhos de cuidados, tais como de profissionais de saúde, cuidadores de idosos, dentre outros, são caracterizados por situarem em territórios ‘femininos’, devido ao grande contingente de mulheres que laboram nessa esfera. São esses mesmos espaços, entretanto, que se veem marginalizados, mal valorizados e mal protegidos, embora estejam sendo essenciais para manutenção da vida. (p. 117)

Observa-se que esse lugar de prestígio social na área da saúde ainda é reservado aos homens, mesmo que o cuidado em saúde seja considerado feminino. O cuidar, o fazer prático, o trabalho braçal é menos valorizado em detrimento ao trabalho intelectual, de deter o conhecimento. Sobre isso, Carvalho et al. (2008) apontam que:

Curar e cuidar parecem ter sido historicamente separados, restando à mulher papéis complementares do cuidado com a saúde (enfermagem, assistência), ao passo que aos homens se atribuíam os papéis mais valorizados de detentores do saber médico. Caberia pensar que, nessa separação dos cuidados dados por homens e mulheres, reproduzem-se outras visões, entre matéria e espírito, entre saber prático e teórico, entre pensar no outro (interno/íntimo/privado) e pensar sobre o mundo (externo/público)? (p. 436)

Podemos compreender que a área da saúde é um espaço considerado feminino por envolver o cuidado, a humanização e a sensibilidade. Nessa dinâmica, uma área restrita é reservada à mulher: uma área em que elas possam desempenhar seu papel de cuidadoras,

onde possam exercer sua sensibilidade frente às necessidades do outro. A feminização do cuidado, que naturaliza as mulheres como cuidadoras, parece colocá-las sempre em uma posição maternal, mesmo no ambiente de trabalho. As profissões que são feminizadas parecem perder o aspecto técnico, profissional, e pode adquirir um sentido de atividade realizada por amor, por dom ou até mesmo por destino.

Souza et al. (2015) sublinham que no século XX as escolas de enfermagem eram destinadas apenas para as mulheres: “utilizavam a palavra enfermeira para designar as mulheres na profissão” (p. 127). Os autores discutem sobre a associação da mulher à prática da enfermagem pela naturalização da mulher como cuidadora. Como vimos no capítulo anterior, a existência da mulher na sociedade patriarcal se justifica por meio do cuidado, impondo a elas limitações no exercício da liberdade. Diante da estrutura do patriarcado, o ser-mulher é marcado pelo ser-cuidadora, visto que se justifica esse papel como se elas tivessem uma essência e que nascessem com a habilidade de cuidar como condição de sua existência. Desse modo:

Essa associação [à prática da enfermagem às mulheres] pode ser explicada pelo fato da Enfermagem ter como características de suas práticas, ações que são relacionadas e equiparadas a atividades desempenhadas por mulheres no ambiente doméstico, como, por exemplo, limpar, lavar, alimentar entre outras. Desse modo, o discurso produzido sobre o feminino que inferioriza a mulher tem desdobramentos sobre o discurso produzido sobre as práticas de Enfermagem. (Souza et al., 2015, p. 127)

Um dos reflexos da inferiorização da mulher é a baixa remuneração do trabalho de enfermagem. Comparada aos médicos, por exemplo, desempenhando a mesma carga horária, as enfermeiras ganham muito menos. O cuidado, além de ser desvalorizado no espaço doméstico e realizado pelas mulheres de maneira invisibilizada e não remunerada, também é desvalorizado como profissão. As profissões consideradas femininas são mal remuneradas e o

cuidado executado pelas mulheres é visto como algo tão natural que a remuneração baixa parece ser justificada. No estudo realizado por Vieira et al. (2022), evidenciou-se que:

Achado importante foi a diferença entre a renda média mensal referida pelas mulheres em relação à dos homens. (...) São eles que, na maior parte das vezes, acumulam os cargos de chefia, coordenação e diretoria, o que amplia o salário final. (p. 57)

O acúmulo de cargos que ocorre entre os homens só é possível porque as atividades de cuidado necessárias no âmbito familiar, doméstico e pessoal é realizada por alguém. Ou seja, para que o homem possa se dedicar ao trabalho, aos estudos e ao seu projeto profissional, as atividades de cuidado que devem ser realizadas para a manutenção da sobrevivência deles é realizada, geralmente, por uma mulher. Desse modo, Vieira et al. (2022) destacam que:

Nossos dados apontam que mais de 60% das mulheres entrevistadas eram as responsáveis pelo trabalho doméstico em sua residência enquanto nem metade dos homens possuíam a mesma incumbência. Podemos notar também o maior volume de trabalho doméstico nas residências masculinas que são terceirizadas para outras mulheres, como mães e empregadas domésticas, o que reforça a divisão sexual do trabalho enraizada na sociedade brasileira. (p. 58)

O trabalho reprodutivo da mulher possibilita que os homens possam realizar seu trabalho produtivo e essa dinâmica favorece a feminização da pobreza, pois as mulheres possuem menos tempo para trabalhar e, somado à desigualdade de renda, faz com que elas possuam menos dinheiro. Desse modo,

As mulheres, por sua vez, têm maior papel no trabalho não remunerado realizado em casa (trabalho doméstico, cuidado com as crianças etc.) que, além de diminuir sua disponibilidade de tempo para acumulação de cargos semelhante aos homens, as desgasta sobremaneira. (Vieira et al., 2022, p. 57)

Outras profissões também são atravessadas pelo fenômeno da feminização pelas mesmas justificativas de uma essência feminina que as encaminha para essa direção. Podemos citar a própria Psicologia como uma profissão feminizada. As mulheres dentro da Psicologia são vistas como sensíveis, boas ouvintes, acolhedoras e cuidadosas. Essas são características importantes na prática da Psicologia, mas existe aí uma armadilha: “essencializar” as mulheres, de modo que também “destecnifica” a profissão, atribuindo a elas um “dom natural” para tais atividades.

Outra profissão extremamente feminizada, apesar de não ser da área da saúde, é a área da Educação Infantil. As creches surgem da demanda de que as mulheres precisavam trabalhar e, para isso, era necessário “terceirizar” o cuidado de seus filhos. Gaia (2015) enfatiza que “Vale lembrar que é um período de cultura machista exacerbada concebendo a mulher meramente ao papel de mãe e sua ida ao mercado de trabalho como necessidade e não direito” (p. 100). Inicialmente, via-se os primeiros anos do ensino como um espaço não educacional e, dessa forma, as profissionais eram vistas como uma substituta para a mãe, não uma educadora (Gaia, 2015).

Logo, como substitutas da mãe, essa era uma profissão feminina, como se os homens não pudessem desempenhá-la por não serem “naturalmente cuidadores”. Desse modo:

Essa concepção de ‘mãe/educadora’ impulsiona a Feminização do Magistério na Educação Infantil à medida que atribui a ‘tia’ características maternas, supondo que educadores do sexo masculino não estão aptos a exercer as funções a serem realizadas na Educação Infantil, pelo fato de não possuírem pré-requisitos biológicos, culturais e sociais requeridos pela sociedade, atrelando à mulher funções domésticas; de cuidado/educação dos filhos (indivíduos a serem cuidados). (Gaia, 2015, p. 103)

No vídeo 02, os repórteres iniciam a matéria comentando sobre a atuação de mulheres profissionais de saúde chinesas no combate à COVID-19. Os repórteres evidenciam que a

dedicação das mulheres chinesas profissionais de saúde frente à pandemia comoveu o mundo e suas práticas foram vistas como verdadeiros esforços. Um dos esforços citados pela reportagem é que as profissionais cortaram seus cabelos para facilitar a utilização de EPIs (Equipamento de proteção individual). Essa fala, em especial, deve ser olhada com cuidado. Com certeza, as mulheres que trabalham na linha de frente a pandemia de COVID-19 abdicam de inúmeras coisas e enfrentam inúmeras dificuldades. Entretanto, a reportagem escolheu falar sobre o cabelo delas.

Dentre as inúmeras dificuldades que as profissionais de saúde enfrentam em meio a uma pandemia, fala-se dos cabelos das mulheres chinesas. Comenta-se também que o sofrimento gerado pelos dias longe dos filhos e o isolamento que as impedem de vê-los são diminuídos através de desenhos deles que elas carregam no ambiente do trabalho. Ou seja, a maternidade e o cabelo são dois aspectos escolhidos para descrever a vivência delas em meio à uma crise sanitária.

Ainda neste vídeo, uma das mulheres entrevistadas é a líder de uma equipe de pesquisa sobre a COVID-19. Primeiramente, a repórter enfatiza isso, de modo que parece ser surpreendente ou pelo menos incomum que uma equipe seja liderada por uma mulher. Em seguida, novamente, o ser-mãe é enfatizado: a mulher é mãe de gêmeos. Mesmo ocupando um lugar de destaque, em um momento em que as pesquisadoras e profissionais de saúde são muito importantes, o ser-mãe se sobressai. Será que se fosse um líder homem, iriam enfatizar que ele é pai? Ou seria enfatizado que ele ocupa o lugar de liderança? Parece até surreal ouvir: o líder dessa equipe é um homem. Ainda sobre essa líder, o repórter comenta que o laboratório é a segunda família dela. Não importa onde a mulher esteja, refere-se a ela através da família. Ela ocupa o local de mãe, de cuidadora, onde quer que esteja, independentemente da posição que esteja.

No vídeo 01, foi narrada a história de uma mulher que contraiu COVID-19 ainda grávida e, após o parto, teve que permanecer internada. Durante o período de internação, quem cuidou da recém-nascida foi a irmã da puérpera. O que corrobora com o que foi dito no capítulo anterior sobre a rede de apoio de mulheres no que tange o cuidado são outras mulheres. Entretanto, outra coisa chama a atenção nessa cena, algo silencioso. Quando a mulher recebe alta hospitalar, ela recebe uma homenagem das profissionais de saúde: a mulher sai do hospital, em cadeira de rodas, com as mulheres cantando a música *Como é grande o meu amor por você*, do Roberto Carlos, carregando balões e bexigas. Nessa cena, todas as profissionais são mulheres.

Nesse cenário, em que a mulher está cuidando, está dando assistência, trabalhando com o trabalho “braçal” e ao mesmo tempo humanizado, está ocupando seu espaço de ser-cuidadora, os repórteres não enfatizam sua profissão, não parecem surpresos. Quando elas ocupam espaços como laboratórios de pesquisa ou liderando equipes, são entrevistadas, dedicam entrevistas a elas. O problema não é certas mulheres serem valorizadas, entrevistadas, ganharem visibilidade, porém, a questão parece se complicar quando ocorre a desvalorização e a invisibilidade de mulheres que ocupam o lugar que devem ocupar, que é esse lugar de cuidado, secundário diante do saber médico, mas necessário em instituições de saúde. Nesse sentido:

é a noção de cuidado (de saúde à família), enquanto ação concebida como feminina e produto das ‘qualidades naturais’ das mulheres, que fornece atributos e coerência ao seu exercício no espaço formal das relações de trabalho na saúde. (Marta Lopes & Sandra Leal, 2005, p. 110)

A forma como a enfermagem nasce está atrelada à feminização do cuidado e, desde seu início, a feminização da profissão é constituída pela ideia de que as mulheres são

naturalmente cuidadoras. A enfermagem, em seu início, era vinculada a instituições religiosas. Lopes e Leal (2005), explicitam que:

podemos dizer que a enfermagem nasce como um serviço organizado pela instituição das ordens sacras. Coexiste com o cuidado doméstico às crianças, aos doentes e aos velhos, associado à figura da mulher-mãe que desde sempre foi curandeira e detentora de um saber informal de práticas de saúde, transmitido de mulher para mulher. É a condenação desses saberes, especialmente para o controle social e religioso da sexualidade e da reprodução, que impõe questionamentos a sua legitimidade e mudanças no seu livre exercício. (p. 109).

No vídeo 02, uma das protagonistas é uma infectologista que lidera o hospital cuidando da área de COVID-19. Este capítulo leva como título uma de suas frases, que me chamou muito a atenção: “muitas vezes quando a mulher participa [como profissionais de saúde], cuida das pessoas como se fossem filhos. Cuida dos pacientes como alguém da sua família [SIC]” (1 minuto e 09 segundos - 1 minuto e 17 segundos). Nessa fala, podemos ver que mulheres muitas vezes reproduzem discursos que corroboram com a feminização do cuidado, como nesse caso em que a infectologista equipara o cuidado das profissionais a um cuidado familiar, maternal.

A mesma profissional, ao fim da reportagem, relata que não há motivos para as mulheres se sentirem inferiores no contexto de instituições de saúde e que basta elas se colocarem de igual para igual, sem ser vítima ou podada. Parece desconsiderar a situação que as mulheres vivenciam e certas imposições concretas que elas vivenciam, justamente por estar inserida no mundo em que a estrutura do patriarcado atinge as mulheres de maneira naturalizada e às vezes sutil. Existe, na atualidade, um mito da democracia de gênero, na qual acredita-se que as mulheres e os homens são expostos às mesmas situações e a relação entre gênero não houvesse violência ou hierarquias.

Souza et al. (2015) discutem sobre a armadilha que a feminização da enfermagem pode representar. Por um lado, pode atuar no sentido de reforçar a ideia de que existem profissões femininas e profissões masculinas:

afirmando uma feminilidade hegemônica baseada no cuidado como atributo essencialmente da mulher. O cuidado passa a ser exclusividade do que é considerado feminino e se exclui outras possibilidades do cuidado circular na pluralidade de gêneros. Outra armadilha é que tecniciza o cuidar que resulta na legitimação dessa técnica como uma excelência feminina, ou melhor, desempenhado pelas mulheres na profissão Enfermagem, podendo muitas vezes ao priorizar a técnica se distanciar dos afetos, dos sentimentos que compõe a diversidade humana. (Souza et al., 2015, p. 122)

Por outro lado, vale ressaltar que esse local também pode potencializar as mulheres. Souza et al. (2015), uma vez que pode levar as mulheres a se profissionalizarem, levando-as a ocuparem outros lugares: possibilita que elas ocupem espaços intelectuais, que possam produzir conhecimento.

Somado a essas questões, as mulheres são sobrecarregadas pelos serviços domésticos e pelos cuidados dos filhos, familiares que necessitam de auxílio e cuidados pela organização da casa e da rotina, como vimos no capítulo anterior. Ou seja, além de enfrentarem toda a dificuldade e exaustão que os profissionais de saúde vivenciam em um contexto de crise sanitária, as mulheres ainda são responsabilizadas pelas questões de casa, vivenciando a dupla jornada.

A feminização do cuidado no contexto de profissionais de saúde (mas não só nesse contexto) está atrelada a dois fenômenos: a vulnerabilidade da saúde mental das mulheres diante da sobrecarga e a feminização da pobreza. Acerca da vulnerabilidade da saúde mental das mulheres, Vieira et al. (2022) relataram, em sua pesquisa, que a saúde mental das

profissionais de saúde encontra-se mais afetada que a dos profissionais de saúde nesse momento. As mulheres apresentaram mais queixas sobre “desconforto físico, alterações cognitivas, agitação e inquietação e maior aumento de pesadelos, ou seja, sua saúde mental se encontra mais fragilizada.” (p. 57).

Nesse sentido, a vivência das mulheres durante a pandemia de COVID-19 é marcada por grandes prejuízos e, talvez, as sequelas sociais para elas durem por muito tempo. A fadiga mental que ser profissional de saúde durante uma pandemia gera é tema de inúmeros estudos nesse momento, pois vemos a sobrecarga que esses profissionais vivenciam nesse período atípico quando não só a demanda de cuidado aumenta, mas também por vivenciarem o medo de se contaminarem com o novo coronavírus diariamente. No caso das mulheres, essa fadiga soma-se à feminização do cuidado, marcando esse período com uma violência de gênero silenciosa, mas nada sutil.

Nesta lógica, uma revisão integrativa de literatura realizada por Francine Silva et al. (2022) apresenta que a saúde mental de todos os profissionais de saúde foi afetada durante o período de pandemia, mas em dimensões diferentes. Nesse momento, suas práticas são atravessadas por “recursos escassos, falta de cura ou opções de tratamento eficazes, isolamento da família, enfrentamento com o sofrimento e as mortes do paciente e a moral e impacto ético das decisões sobre quem receberá cuidado” (Silva et al., 2022, p. 3759), gerando sofrimento e angústia. Entretanto, dentre essa população, uma parcela se apresenta mais suscetível ao sofrimento:

Os estudos sugerem que os profissionais de enfermagem, assim como o gênero feminino e os trabalhadores de saúde mais jovens possuem maior probabilidade no desenvolvimento de patologia relacionadas à saúde mental. Os sintomas mais prevalentes apresentados nos estudos foram angústia, insônia e medo, levando a crises

de ansiedade, à depressão, à automutilação, ao transtorno de estresse pós-traumático e à síndrome de Burnout. (Silva et al., 2022, p. 3774)

Diante disso, podemos compreender que ser mulher no contexto de saúde é um fator de risco para a saúde mental. Apenas por ser mulher já podemos estar em situações de sofrimento. A opressão e violência que a mulher vivencia, então, se evidencia. A situação das mulheres, marcada pelo cuidado, as encaminha na direção de uma sobrecarga mental e física. No estudo de Vieira et al. (2022) isso fica evidente:

enquanto mais de dois terços (69,2%) das mulheres referem ser responsáveis pelo trabalho doméstico em sua residência, nem metade (46,9%) dos homens refere o mesmo. Também, um percentual maior de homens, 15,6% versus 6%, refere depender de mulheres como a mãe ou empregada doméstica/diarista na realização dos trabalhos domésticos. (p. 56)

Os autores sublinham ainda que 48,5% das mulheres participantes relataram sobrecarga em ter que lidar com o trabalho e o trabalho doméstico, e 16,2% relataram essa sobrecarga principalmente no ambiente doméstico. Por sua vez, apenas 9,4% dos homens relataram isso. As entrevistadas apontam que dentro do trabalho doméstico, as principais queixas são: o trabalho doméstico não dividido e o cuidado com os filhos, e nenhum homem citou esses eixos como fatores de cansaço (Vieira et al., 2022). Além disso, “enquanto parte das mulheres reportaram o trabalho doméstico não dividido igualmente ou o cuidado com as crianças como o fator principal de cansaço, nenhum homem sequer selecionou esta alternativa” (Vieira et al., 2022, p. 58).

A feminização do cuidado pode reduzir a vida das mulheres aos cuidados: a mulher que trabalha em um espaço de cuidado como as instituições de saúde, dedicam seu dia de trabalho cuidando e, ao sair, chegando em casa e desempenham o cuidado doméstico. Nesse movimento, sua existência se funda no cuidado e parece ser reduzida a esse. Sua organização

de vida é em prol do outro, organizando sua rotina e tempo em torno do ser-cuidadora. Essa demanda, além de ser encaminhada para a mulher, é invisibilizada socialmente,

O cuidado com o lar, com as crianças e animais é invisibilizado na vida de mulheres trabalhadoras que, mesmo após um longo dia de trabalho, chegam em casa e se deparam com funções e afazeres não atribuídos aos homens do lar. (Vieira et al., 2022, p. 58)

Diante do exposto, podemos observar que a feminização do cuidado está presente nas instituições de saúde que, em especial, são protagonistas durante uma pandemia. A feminização de certas profissões de saúde é justificada e legitimada por meio de discursos que naturalizam a feminização do cuidado, atribuindo à mulher características como maternal, amorosa e cuidadora. Esse discurso parece retirar o papel técnico das profissões feminizadas, que passam a ser enxergadas como dons ou virtudes das mulheres.

Nesse mesmo sentido, pudemos acompanhar durante toda a pandemia, a sobrecarga dos sistemas de saúde, tanto público, quanto privados, o que leva à sobrecarga dos profissionais de saúde. Entretanto, ainda que todos os profissionais de saúde estivessem sobrecarregados durante esse período, as mulheres enfrentam ainda mais desafios. O cuidado com a casa, com os filhos e com familiares seguem sendo responsabilidade delas; a preocupação com o outro se apresenta no trabalho e em casa. Desse modo, cuidar é prática rotineira tanto no trabalho quanto em casa. Pudemos observar também que, ocupando o espaço das instituições de saúde, as mulheres são vistas como mães e isso parece atribuir valor a elas. A feminização do cuidado se apresenta como parte da situação das mulheres profissionais de saúde e reduzindo suas possibilidades existenciais ao cuidar limita-se seus movimentos existenciais.

CONCLUSÕES

Em nosso projeto de pesquisa, trouxemos como objetivo discutir a feminização do cuidado durante a pandemia de COVID-19, utilizando o conceito de situação de Simone de Beauvoir para esse diálogo. Em vista disso, podemos compreender que a feminização do cuidado esteve presente na vivência das mulheres durante essa pandemia, no sentido de acentuar seu direcionamento para o cuidado. Ou seja, as condições que configuram a situação delas é intensificada, intensificando também certos projetos existenciais. Quando falamos de limitações nas possibilidades e nos projetos das mulheres, falamos de limitações à transcendência. Desse modo, podemos compreender que a pandemia trouxe inúmeros impactos para a situação das mulheres, limitando suas possibilidades ainda mais, encaminhando-as para o cuidado em diversos âmbitos.

Através dos vídeos e dos casos selecionados nesta pesquisa, pudemos compreender como a situação das mulheres se particulariza nos casos individuais. O ser-cuidadora se desvela como uma transcendência presa, uma prática de repetição, um ciclo em que as mulheres se encontram encurraladas. Nesse sentido, “o cuidado não deve ser romantizado, heroicizado, mas sim verdadeiramente estudado e protegido” (Bitarães, & Teodoro, 2021, p. 111).

A situação, como vimos, se relaciona diretamente com a liberdade dos sujeitos. A liberdade das mulheres se apresenta de maneira mais limitada ou com mais obstáculos, em virtude de vivermos em uma sociedade patriarcal, que dita normas sobre o que é Ser-Mulher. O trabalho e espaço doméstico, o cuidado, o ser-para-o-outro são aspectos presentes na situação da mulher. Como vimos, a situação não é determinante, é a ponte, a tensão, entre a facticidade e a agência dos sujeitos. Desse modo, a facticidade apresenta inúmeras barreiras à transcendência das mulheres, tentando “prendê-las” na imanência diante de tantos

imperativos sobre o que é ser “mulher de verdade”, em um movimento que “essencializa” a mulher, justificando que o cuidar é o destino dela.

A feminização do cuidado faz parte da situação da mulher no período pré-pandemia. Vimos que através da maternidade e do ser-cuidadora, a mulher parece justificar sua existência, como se por si, através de seus próprios projetos existenciais, sua existência não pudesse ser justificada. A liberdade é uma condição humana e realiza-se através de movimentos transcendentais intencionais; desse modo, se a mulher não age de acordo com seus próprios projetos, sua existência e liberdade tornam-se limitadas. A mulher compreende que sua realização ou sua potência máxima é ser-cuidadora, cuidar dos outros e colocar outros projetos à frente dos seus. A situação da mulher a empurra para viver para o outro.

Observamos também que a feminização do cuidado se mostra presente na vivência das mulheres em diversos cenários, e aqui privilegiamos o espaço doméstico e as instituições de saúde. Pudemos observar dois contextos em que a feminização do cuidado perpassa o espaço doméstico: o cuidado praticado pelas mulheres na sua própria casa para sua própria família; e o cuidado praticado pelas mulheres na casa de outras pessoas como profissão. É importante enfatizar que o cuidado executado na própria casa, apesar de socialmente não ser considerado profissão, é um trabalho. O trabalho doméstico é desvalorizado, tanto na questão de possuir baixa remuneração, quanto na questão de ser uma atividade com baixo valor social. As mulheres que dedicam suas vidas aos cuidados praticam a reprodução, e na sociedade em que vivemos o trabalho produtivo é mais valorizado que o reprodutivo.

A feminização do cuidado pode trazer implicações existenciais para as mulheres no que tange a visão que tem de si, a relação que estabelecem com o mundo, a forma como veem suas possibilidades e potências no mundo. Diante das normas que são estabelecidas para as mulheres, elas podem compreender sua potência e possibilidade de ação no mundo como

limitadas, entendendo que sua potência máxima seria alcançada por meio do cuidado, sua agência no mundo seriam ações que visam o bem-estar do outro.

A pandemia de COVID-19 nos lembrou e escancarou a vulnerabilidade de existir, e, desse modo, os cuidados foram mais demandados e necessários. Foi necessário maior cuidado com higiene, com as pessoas infectadas, com a casa, com os idosos, etc. Assim, com maior demanda de cuidado, ocorre maior demanda das mulheres. Elas, que já vivenciam a sobrecarga de cuidar, nesse momento, sobrecarregam-se mais ainda. As crianças em casa, a sobrecarga dos sistemas de saúde, o isolamento social, o desemprego, a diminuição da renda, dentre outras coisas, perpassam a vivência das mulheres nesse período. Esses aspectos aparecem também como ameaças existenciais, colocando as possibilidades de existir para as mulheres ainda mais limitadas.

Com maior demanda de cuidado, com as mulheres ainda mais ocupadas com isso, parece não existir espaço para que elas possam executar outros projetos e possam relacionar-se com o mundo de outras formas. As mulheres ficam ainda mais presas no ser-cuidadoras e suas realizações se encerram no cuidar. Além disso, muitas mulheres, diante dessa situação, tiveram suas existências ameaçadas por necessitarem colocar-se em risco para manterem sua subsistência. Algumas, como Cleonice, perderam suas vidas executando o cuidado, colocando-se em risco. Mirtes perdeu o filho nas mesmas condições.

A feminização do cuidado implica em limitações de movimentos existenciais, além de colocar as mulheres em situações de vulnerabilidade, arriscando suas próprias vidas. Nesse mesmo sentido, podemos compreender a vivência das mulheres profissionais de saúde nesse momento. As mulheres são maioria na área da saúde, o que significa que, em um momento de pandemia de um vírus com alta taxa de transmissão, elas enfrentam maiores riscos. Assim como as mulheres que são empregadas domésticas, cuidadoras de idosos, babás, etc., enfrentam maiores chances de serem infectadas pelo vírus. Podemos entender que a

feminização do cuidado, principalmente em um período de pandemia, coloca a vida das mulheres em risco.

Dessa forma, é importante entendermos as estruturas sociais e políticas que nos cerca, que estão presentes na sociedade, em relação com nossa individualidade e agência. Nossa agência individual diante do mundo é cercada pelos aspectos políticos e sociais, e se dá em um tempo-espaço histórico. Pensarmos na existência é impossível sem pensarmos nas estruturas políticas e sociais que nos cercam. Assim, essas estruturas podem facilitar os movimentos de transcendência e a liberdade ou podem dificultar e limitar esses movimentos existenciais. Diante do patriarcado, a existência da mulher é afetada no que tange sua liberdade, sua agência; sua ação diante do mundo se apresenta limitada diante do sistema de opressão e poder que o patriarcado impõe para ela.

A feminização do cuidado se apresenta na situação das mulheres quase que como uma ferramenta do patriarcado, impactando seu ser-no-mundo, a forma como se relacionam com o mundo e com os outros. Somos seres-no-mundo e ser em um mundo onde as mulheres são subjugadas e colocadas em uma situação de subalternidade impõe a elas uma existência em que seus projetos autênticos de ser podem se apresentar com uma dificuldade que os homens não enfrentam. Pensando no cuidado, a forma como as mulheres significam e se relacionam com o cuidado parece ser imposto, e não uma construção subjetiva, a busca por um sentido próprio. Como já dito, as estruturas sociais não determinam a nossa existência, mas impactam a forma como iremos agir diante do mundo. Desse modo, parece difícil para as mulheres construir sua relação com o cuidado sem ser por meio do discurso de que elas são naturalmente cuidadoras e que seus destinos são essencialmente encaminhados para o cuidado.

Sendo assim, concluímos que, durante a pandemia de COVID-19, as mulheres viveram a sobrecarga do cuidado de maneira ainda mais intensa e serem cuidadoras se

mostrou em primeiro plano de suas existências, talvez não havendo espaço para elas serem para além de cuidadoras. A situação das mulheres, que já era constituída pela feminização do cuidado em um período pré-pandemia, pode se apresentar ainda mais fechada ao mundo diante da crise sanitária que enfrentamos.

Essa pesquisa possui limitações: dentre elas, é que não foi possível ouvir as mulheres através de entrevistas realizadas pelas pesquisadoras, uma vez que as condições sanitárias exigiram, nesse momento, isolamento social. A pesquisa se iniciou em meio a uma crise sanitária, política, social e econômica, e, por isso, teve também seus momentos de crise, de incertezas e dificuldades. Da mesma forma que tivemos que nos adaptar a uma nova vida diante do advento da pandemia, tivemos que nos adaptar a realizar uma pesquisa e vivenciar a experiência da pós-graduação nesse cenário. Diante da COVID-19, tudo se apresentou muito novo e, ao mesmo tempo, desafiador.

Outro desafio que enfrentamos nessa pesquisa é que ela foi sendo realizada ao mesmo tempo em que a pandemia ocorria, de modo que a literatura necessária para o desenvolvimento da pesquisa foi sendo publicada no seu decorrer. Ainda sabemos pouco sobre as consequências que a pandemia trará para nossas vidas em questões físicas, sociais, políticas, etc., e, portanto, essa pesquisa se localiza em um momento em que essas consequências começam a ser desveladas, mas ainda há muito a se compreender.

REFERÊNCIAS

- (2020, novembro 27). 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>
- Alkimim, A. F. (2016). A fenomenologia de Merleau-Ponty. *Pensar - revista eletrônica da FAJE*, 7(2), 255-266.
- Almeida, S. (2018). *Racismo Estrutural*. Pólen Livros.
- Domingo Espetacular. (2020, março 30). A realidade de moradores de comunidade na luta contra o coronavírus. [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=c5eDqJw_QtM
- Araújo, C., & Scalon, C. (2006). Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(62), 45-68. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000300003>
- Araújo, J. S., Vidal, G. M., Brito, F. N., Gonçalves, D. C. A., Leite, D. K. M., Dutra, C. D. T., & Pires, C. A. A. (2013). Perfil dos cuidadores e as dificuldades enfrentadas no cuidado ao idoso, em Ananindeua, PA. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 16(1), 149-158. <https://doi.org/10.1590/S1809-98232013000100015>
- Arruda, R. L. (2021). O negacionismo como artefato da pós-verdade: Bolsonaro, a pandemia e a educação. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 5(15), 81-93. <https://doi.org/10.5281/zenodo.4587656>
- Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais. (2022). *Mais de 320 mil crianças no Brasil foram registradas sem o nome paterno durante a pandemia*. <https://arpenbrasil.org.br/r7-mais-de-320-mil-criancas-no-brasil-foram-registradas-sem-o-nome-paterno-durante-a-pandemia/>

- Barbosa, H. R. O. & Paiva, I. A. (2020). Interseccionalidades: categorias articuladas às experiências de trabalhadoras no contexto de pandemia de COVID-19. *Revista Inter-Legere*, 3(28), 1-22. <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2020v3n28ID21157>
- Beauvoir, S. (1945). *Les Bouches Inutiles* - pièce en deux actes et huit tableaux. Gallimard.
- Beauvoir, S. (1967). *Segundo Sexo – A experiência vivida*. Difusão Europeia do Livro.
- Beauvoir, S. (2005). *Por uma moral da ambiguidade*. Editora Nova Fronteira.
- Bello, A. A. (2006). *Introdução à fenomenologia*. Editora EDUSC.
- Bernardino-Costa, J. (2015). Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, 30(1), 147-163. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922015000100009>
- Biroli, F. (2015). Responsabilidade, cuidado e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 18, 81-117. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151804>
- Bitarães, A. C. O., & Teodoro, M. C. M. (2021). Mulheres e pandemia: a insustentabilidade produtivo, reprodutiva e ecológica do modelo atual. *Revista da faculdade de direito da UFU*, 49(2), 106-123. <http://dx.doi.org/10.14393/RFADIR-v49n2a2021-62851>
- Brasil. (2022). *Painel coronavírus. Coronavírus Brasil. Coronavírus Brasil*. <https://covid.saude.gov.br/>
- Brasil de Fato. (2020). Mulheres desempregadas lutam contra a fome. [vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=tKtlzCEQfhk>
- (2022, maio 17). Brasil registra 221 novas mortes por Covid, e média móvel volta a apontar alta após 2 semanas. *GI*. <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/05/17/brasil-registra-221-novas-mortes-por-covid-e-media-movel-volta-a-apontar-alta-apos-2-semanas.ghtml>

- Buzzi, J. C. (2021). Vida: Direito ou Privilégio? Uma Análise da Pandemia Sob o Viés da Necropolítica. *CINEstesia*, 1(2), 14-39. <https://doi.org/10.11606/issn.2675-7265.v1i2p14-39>
- Candiani, H. R. (2018). *A tessitura da situação: a trama das opressões na obra de Simone de Beauvoir*. [Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP.
- Câmera Record. (2020). Julie se mudou para cuidar da mãe e de irmã diagnosticada com covid-19. [Video]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=VqzUaRowjnw>
- Carvalho, A. M. A., Cavalcanti, V. R. S., Almeida, M. A., & Bastos, A. C. S. (2008). Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultura? *Paidéia*, 18(41), 431-444. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2008000300002>
- Corgozinho, K. D. S. (2015). A política social e a feminização do cuidado no Programa Bolsa Família: invenção de tradições? *Revista Emancipação*, 15(1), 97-114. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.15i1.0006>
- Costa, A. C. P. (2022). O nó dessa ferida colonial: o trabalho doméstico em tempos de pandemia. *Revista de Políticas Públicas*, 25(2), 656-672. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v25n2p656-672>
- Crenshaw, K. W. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
- Domingo Espetacular. (2020). Mulheres das forças armadas combatem a covid-19 no extremo do Amazonas. [vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=-k1u4iJQyeE&t=57s>
- Domingo Espetacular. (2020). Mulheres se destacam no combate ao coronavírus no Brasil. [vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=5fGFxo54RE4>

- Engel, C., & Pereira, B. C. J. (2015). A organização social do trabalho doméstico e de cuidado: considerações sobre gênero e raça. *Revista Punto Género*, 5, 4-24. <https://doi.org/10.5354/0719-0417.2015.37658>
- Fantástico. (2020, março 22). “Uma pessoa muito batalhadora”, diz sobrinho de empregada doméstica que morreu de coronavírus. *GI*. <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/03/22/uma-pessoa-muito-batalhadora-diz-sobrinho-de-empregada-domestica-que-morreu-de-coronavirus.ghtml>
- Gaia, R. S. P. (2015). Gênero e docência na educação infantil: reflexões acerca das relações entre a prática do cuidado e a atuação masculina em uma profissão culturalmente feminina. *Revista eletrônica diálogos acadêmicos*, 9(2), 99-109.
- Gênero e Número, & Sempre Viva Organização Feminista. (2020). Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. <https://mulheresnapandemia.sof.org.br/>
- Gerônimo, A. M. M., Comassetto, I., Santos, A. A. P., Pereira, J. F., Silva, J. M. O., Souza, E. M. S., Silva, R. R. S. M., Lima, B. R. S., Ferro, P. M. M., Paes, N. C., Machado, M. L. A. P., Silva, K. J. A., & Silva, L. H. S. (2022). O vivido da pessoa com sequelas da COVID-19 e a percepção do corpo segundo a ótica merleau-pontyana. *Research, Society and Development*, 11(1), 1-14. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i1.24874>
- Gonçalves, R. R., Garcia, F. A. F., Dantas, J. B., & Ewald, A. P. (2008). Merleau-Ponty, Sartre e Heidegger: três concepções de fenomenologia, três grandes filósofos. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 8(2), 402-435.
- Guenther, L. (2020). Critical phenomenology. Em G. Weiss, A. V. Murphy & G. Salamon (ed), *50 concepts for a critical phenomenology* (pp. 11-16). Northwestern University Press.
- hooks, b. (2020). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Editora Rosa dos Tempos.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Censo Agropecuário 2017*.
<https://censoagro2017.ibge.gov.br/>
- Johanson, I. (2018). Moral da ambiguidade, liberdade e libertação: filosofia e feminismo em Simone de Beauvoir. *Ethic@*, 17(2), 239-257. <https://doi.org/10.5007/1677-2954.2018v17n2p239>
- Kruks, S. (2019). *Situation and human existence: freedom, subjectivity and society*. Routledge.
- Legislativo PL. (2020, março 30). Conheça a história de mulheres que contraíram o novo coronavírus durante a gravidez. [vídeo]. YouTube.
<https://www.youtube.com/watch?v=ee2gHWpadb8>
- Lima, D. I. P. (2020). Existência feminina como imanência: a relação entre liberdade, alteridade e opressão em Simone de Beauvoir. *Primordium*, 5(10), 1-25.
<https://doi.org/10.14393/REPRIM-v5n10a2020-57350>
- Lopes, M. J. M., & Leal, S. M. C. (2005). A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. *Cadernos Pagu*, 24, 105-125.
<https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000100006>
- Loyola, M. A. (2020). Covid-19: uma agenda de pesquisa em torno das questões de gênero. *Revista de saúde coletiva*, 30(3), 1-7. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312020300312>
- Gomes, P. H. (2020, abril 20). 'Não sou coveiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. G1. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>
- Macêdo, S. (2020). Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia de COVID-19: Tecendo sentidos. *Revista do NUFEN*, 12(2), 187-204.
<http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº02rex.33>

- Martins, L. L. B., Lima, A. F. E., & Lemos, M. C. A. M. (2021). Os reflexos da sociedade patriarcal na divisão sexual do trabalho e sua influência no judiciário trabalhista. *Revista direito público*, 18(98), 338-369. <https://doi.org/10.11117/rdp.v18i98.5281>
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da Percepção*. Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
- Ministério do Trabalho e Previdência. (2022). *Portaria Interministerial MTP/MS nº 17*. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mtp/ms-n-17-de-22-de-marco-de-2022-390294735>
- Moreira, M. H. C., & Araújo, J. N. G. (2004). Planejamento familiar: autonomia ou encargo feminino? *Psicologia em estudo*, 9(3), 389-398.
- Moura, C. (2020). Corpo feminino e liberdade em Beauvoir: uma análise feminista fenomenológica. *Em curso*, 7, 14-23. <https://doi.org/10.37038/ec.v7i1.291>
- Nazareth, I. V., Amaral, I. O., Vieira, K. P., Silveira, K. I. M., Silva, K. T. D., & Cruz, P. A. C. (2022). Parentalidade em tempos de isolamento social: reflexões sobre a desigualdade de gênero. *Expressa extensão*, 27(1), 131-136. <https://doi.org/10.15210/ee.v27i1.21743>
- Nogueira, G. L. (2022). Mulheres brasileiras na Covid-19. *Revista Longeviver*, 4(13), 85-94.
- Oliva, J. (2014). O Outro a partir da corporeidade: a importância do corpo na situação da mulher em O Segundo Sexo de Simone de Beauvoir. *Sapere Aude*, 5(9), 267-286.
- Oliveira, J. S., & Kuwahara, M. Y. (2022). Mulheres negras na pandemia de COVID-19: as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *XXVII Encontro Nacional de Economia Política*.
- ONU Mulheres (março, 2020). *Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta*. http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf

- Organização Internacional do Trabalho (2013). *Trabalho doméstico*.
<https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm#:~:text=Fatos%20%20n%C3%BAmeros%20no%20Brasil&text=Em%202016%2C%20o%20Brasil%20tinha,possuem%20carteira%20de%20trabalho%20assinada>
- Passos, R. G. (2020). Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. *Revista em pauta*, 45(18), 116-129. <https://doi.org/10.12957/rep.2020.47219>
- Pires, M. R. G. M., Fonseca, R. M. G. S., & Padilla, B. (2016). A politicidade do cuidado na crítica aos estereótipos de gênero. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 69(6), 1223-1230. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0441>
- Pereira, B. C. J. (2021). Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. *CIVITAS*, 21(3), 445-454. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40551>
- Perissê, R. A. T., Rezende, A. E. A., Santana, A. L. N., Lavor, B. S. A., Nascimento, E. S., Almeida, J. R., Siqueira, M. S. B., Cavalcante, R. R. A., Faria, S. C., & Jesus, T. M. (2022). A prevalência de sequelas cognitivas em pacientes diagnosticados com COVID-19 no Brasil - uma revisão de Literatura. *Brazilian Journal of Health Review*, 5(2), 7973-7986. <https://doi.org/10.34119/bjhrv5n2-346>
- Romero, D. E., Maia, L. R., Muzy, J., Andrade, N., Szwarcwald, C. L., Groisman, D., & Souza, P. R. B. (2022). O cuidado domiciliar de idosos com dependência funcional no Brasil: desigualdades e desafios no contexto da primeira onda da pandemia de COVID-19. *Caderno Saúde Pública*, 38(5), 1-14. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00216821>
- Santos, L. S., & Diniz, G. R. S. (2018). Saúde mental de mulheres donas de casa: um olhar feminista-fenomenológico-existencial. *Psicologia Clínica*, 30(1), 37-59. <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n01A02>

- Schreiber, M. (2021, junho 2). Mãe de Miguel se revolta com erro e “descaso” da Justiça: “Um ano sem meu filho é eternidade”. *BBC News Brasil*.
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57325563>
- Secretaria Nacional da Família. (2021). *Fatos e números: arranjos familiares no Brasil*.
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/ArranjosFamiliares.pdf>
- Seibt, T., & Dannenberg, M. (2021). Pandemia, desinformação e discurso autoritário: os sentidos das declarações de Jair Bolsonaro no Twitter a partir de checagens do Aos Fatos. *Liinc em Revista*, 17(1), 1-27. <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5687>
- Silva, L. O. (2019). Elas que cuidam: a perspectiva de gênero no cuidado. *16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília, DF, Brasil.
<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/122>
- Silva, F. A. N. M., Silva, P. A., Silva, A. W. R., Gomes, A. B. S., Aragão, S. S. C., Pereira, V. A., Quintiliano, K. M. S., & Araújo, L. C. N. (2022). A saúde mental dos profissionais da saúde durante a pandemia da Covid-19: revisão integrativa. *Brazilian Journal of Development*, 8(1), 3757-3778. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n1-247>
- Siqueira, H. C. B., Silva, V. O. B., Pereira, A. L. S., Guimarães, J. D., & Silva, W. R. (2020). Pandemia de COVID-19 e gênero: uma análise sob a perspectiva do princípio constitucional da isonomia. *Revista psicologia & saberes*, 9(18), 216-226.
- Sorj, B. (2014). Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Revista Tempo Social*, 26(1), 123-128. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100009>
- Souza, L. L., Peres, W. S., & Araújo, D. B. (2015). Problematização de gêneros no campo da enfermagem: diálogos com feminismos e a teoria queer. *Revista NUPEM*, 7(13), 121-142.

Our World In Data. (2022). *Brazil: Coronavirus Pandemic Country Profile*.

<https://ourworldindata.org/coronavirus/country/brazil>

Thévenaz, P. (2017). O que é a fenomenologia? A fenomenologia de Merleau-Ponty. *Revista NUFEN*, 9(2), 169-176.

UNFPA Brasil (2020). *COVID-19: Um olhar para o gênero*.

https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/covid19_olhar_genero.pdf

Vicente, A. E. P., Silva, M. F., & Iantas, I. C. (2020). Da favela ao asfalto: a feminilização da pobreza e seus reflexos perante o COVID-19. Em C. E. Rodrigues, E. Melo, & M. J. Polentine, (Orgs), *Pandemia e mulheres - volume I*, (pp. 34-42). Studio Sala de Aula.

Vieira, J., Anido, I., & Calife, K. (2022). Mulheres profissionais da saúde e as repercussões da pandemia da Covid-19: é mais difícil para elas? *Saúde debate*, 46(132), 47-62.

<http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104202213203>

Zahavi, D. (2019). *Fenomenologia para iniciantes*. Via Verita.

Whitney, S. (2020). Immanence and transcendence. Em G. Weiss, A. V. Murphy & G. Salamon (ed), *50 concepts for a critical phenomenology* (pp. 189-196). Northwestern University Press.